

AGORA

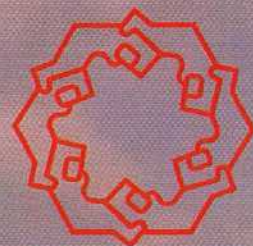
FENAE

500

anos sem lei

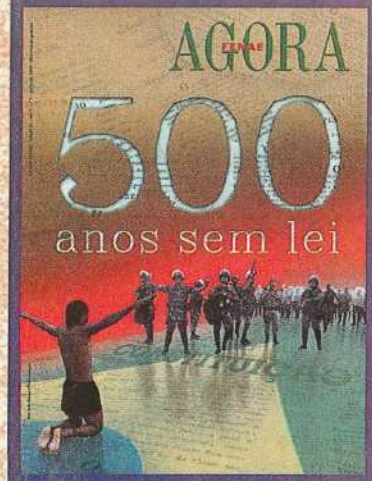


28 DE MAIO 28 ANOS DA FENAE



FENAE

FEDERAÇÃO NACIONAL DAS
ASSOCIAÇÕES DO PESSOAL
DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL



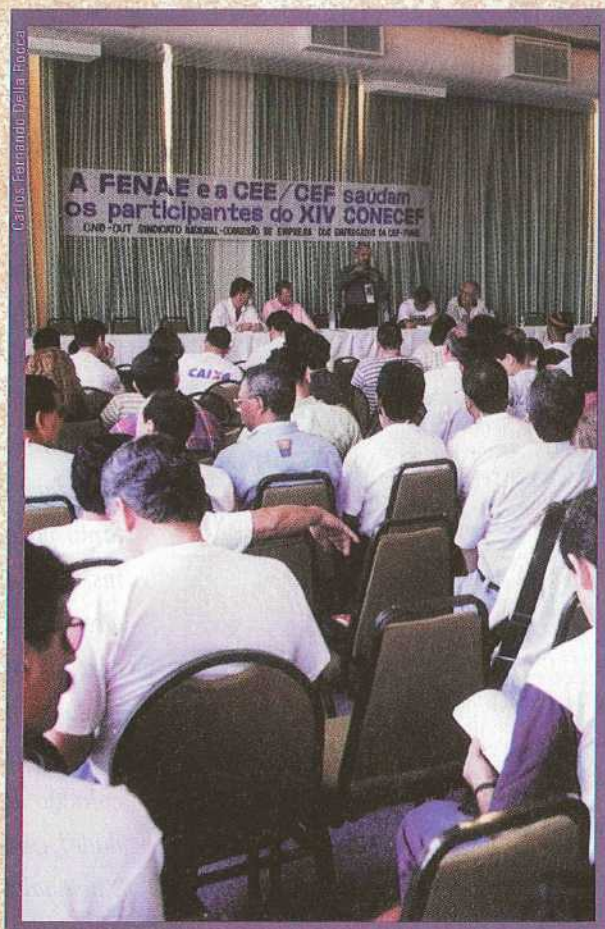
Capa: A história dos 500 anos de desigualdade perante a lei no Brasil
Pág. 14



Estrada Real: tempo de botar o pé na estrada e desfrutar o que o Brasil tem de mais histórico e cultural **Pág. 36**

AGORA

- 7** Janio de Freitas fala da incapacidade brasileira de desafogar o país
- 8** Eleitores de todo o Brasil voltam às urnas em outubro deste ano
- 23** Os problemas críticos da economia nacional, segundo Aloysio Biondi
- 24** Booz Allen apresenta diagnóstico das instituições financeiras públicas
- 26** Vaccari critica flexibilização dos direitos dos trabalhadores
- 28** Projeto do Instituto Cidadania visa garantir moradia digna para todos
- 30** Artigo do deputado Ricardo Berzoini: "Sem-terra, caminhoneiros e contribuintes"
- 32** O chorinho está na base da autêntica música popular brasileira
- 34** "Zés de um outro Brasil", na opinião do jornalista Tárik de Souza



Mandato da diretoria da Fenae é marcado por atuação em defesa da Caixa **Pág. 10**

Publicação da FENAE -
Federação Nacional das Associações
do Pessoal da Caixa Econômica Federal

Administração e redação:

Setor Comercial Sul, quadra 1, edifício União,
6º andar, Brasília/DF, CEP: 70300-901
Telefone: (061) 323-7516
Fax: (061) 325-6057
Homepage: www.fenae.org.br
E-mail: fenae@fenae.org.br

Diretoria Executiva

Presidente:
Carlos Borges
Vice-Presidente:
José Carlos Alonso
Diretor Financeiro:
José Durval Reis
Diretor de Relações no Trabalho:
Antônio Bráulio de Carvalho
Diretor Administrativo:
Pedro Eugênio Leite
Diretor de Esportes:
Jorge Peixoto de Mattos
Diretora Cultural:
Aparecida Diniz
Diretor Emérito:
Orlando César
Diretor Primeiro Suplente:
Vaumik Ribeiro da Silva
Diretora Segunda Suplente:
Erika Kokay

Conselho Fiscal

Ozair Cataldi
Bernardete de Aquino
Francisca de Assis Silva

Suplentes

Jorge Cruz Marçal
Francisco Astrogildo Cruz
José Marcos de Almeida Costa

Conselho Deliberativo Nacional

Presidente: Valmir Gongora
Vice-Presidente: Fernando Souza de Mello
Secretário: Marcos Holanda Melo Saraiva

Edição e redação: Antônio José Reis,
Evandro Peixoto e Marcio Achilles Sardi

Colaboradores: Jânio de Freitas,
Aloysio Biondi, Târik de Souza e Adacir Reis
Diagramação: Hélder Narde

Ilustração: Lisarb

Impressão: Bangraf

Tiragem desta edição: 75 mil exemplares

Os artigos assinados são de responsabilidade
dos seus autores. As matérias podem ser
reproduzidas, desde que citada a fonte.

Distribuição gratuita

Elite acima da lei

Lá se vão 500 anos e as relações sociais no Brasil continuam como sempre foram: autoritárias. Desde a chegada de Pedro Álvares Cabral, em 1500, estabeleceu-se no país a desigualdade perante a lei, com a polarização entre carência absoluta e privilégios absolutos.

De joelhos, os povos indígenas ainda hoje clamam por justiça frente ao extermínio. A sociedade, estupefata, enfrenta quotidianamente um processo de segregação em que a injustiça se traduz em fome e miséria para milhões e em abundância para poucos. Uma realidade mantida à custa da ausência de ética na política e da corrupção em todos os níveis de poder.

E o que não tem falta do nos últimos anos, depois do período de abstinência da ditadura militar, são eleições. Mas são uma faca de dois gumes: tanto podem servir como

instrumento para mudanças como para a reafirmação do domínio secularmente exercido pela elite.

Este ano acontecem as eleições municipais, uma oportunidade para o cidadão dar o seu "grito pela honestidade", conforme desejam a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e outras 60 entidades que propuseram, com sucesso, a iniciativa popular pela aprovação de uma lei de combate à com-

pra de votos e à corrupção eleitoral. As representações dos trabalhadores de bancos públicos buscam, inclusive, o apoio de prefeitos e candidatos ao movimento de resistência às privatizações pretendidas pelo governo.

Já o Instituto da Cidadania, ONG liderada por Lula, apresenta o Projeto Moradia, que prevê a superação do déficit habitacional em 15 anos, assegurando moradia digna para todos.

Mas não só com mobilizações e urnas se constrói um vida melhor. Faz-se também com cultura, lazer, esporte e preservando o meio ambiente. O choriinho, que "está na base da música popular brasileira", conforme diz o jorna-

lista Reco do Bandolim, vem despertando interesse cada vez maior, a despeito da indiferença dos meios de comunicação. E a velha Estrada Real, antiga rota que no século passado li-

gava o porto do Rio de Janeiro à região mineradora de Minas Gerais, é hoje um convite a quem gosta de botar o pé na estrada, suscitando, inclusive, comparações com o Caminho de Santiago de Compostela, na Espanha.

Já os amantes da velocidade, os rebeldes (com e sem causa), os que gostam de manobras radicais e de perigo, têm como opção o skate, uma modalidade esportiva em franca ascensão no Brasil.

A sociedade
enfrenta processo
de segregação
em todo o Brasil

Piratas musicais

Já não está tão fácil trocar músicas de graça pela Internet. O cadastro efetuado na página www.napster.com permite o acesso aos arquivos de milhares de internautas, que dividem mais de um milhão de músicas. Porém, agora, muitos músicos começam a processar a Napster, para evitar que suas músicas sejam distribuídas sem direitos autorais.

Fogueira eletrônica

A tradição das festas juninas é reproduzida em milhares de sites na Internet. Quer comprovar? Três serviços internacionais de busca de páginas apresentam numerosos resultados para quem quiser informações sobre uma das festas mais populares do Brasil - o que inclui a festança nas grandes cidades, colégios e paróquias que realizam os festejos regados a quentão, batata-doce, pipoca, quadrilha e casamento caipira. Em www.altavista.com, são 1.663 resultados em português. Em www.alltheweb.com, são 2217. Em www.infoseek.com, são nada menos que 20.689 resultados.

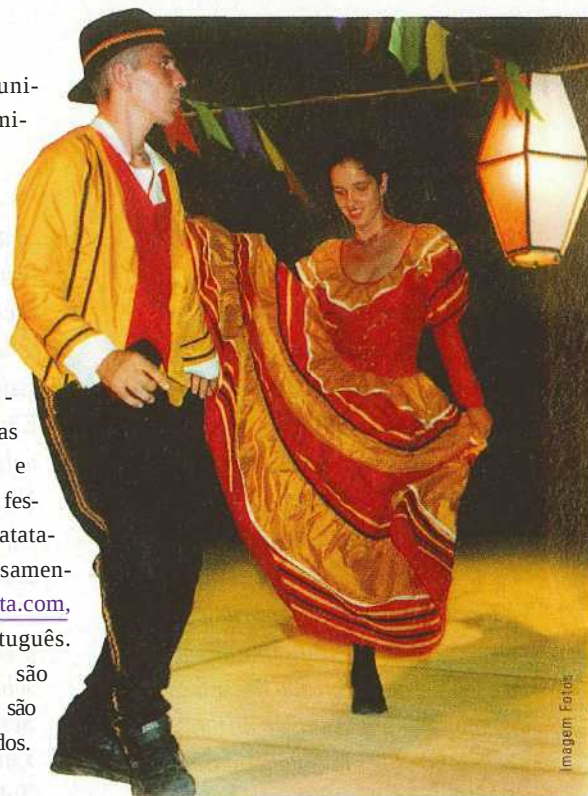


Imagem Fotos

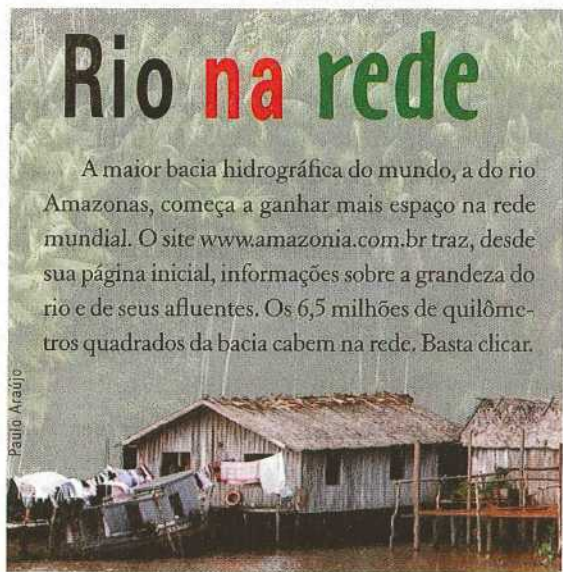
Além da fronteira final



Divulgação

Depois de singrar o espaço, a Enterprise aterrissou na Internet. Uma das páginas da web mais completas sobre o universo da Jornada nas Estrelas é www.crosswinds.net/~trekbrasil, que tem arquivos, eventos, fórum de discussão, comentários sobre episódios e artigos. A seção The Real trek tem notícias científicas reais, já que a série sempre procurou ter certo rigor científico.

FENAE AGORA: imprensa1@fenae.org.br



Paulo Araújo

Rio na rede

A maior bacia hidrográfica do mundo, a do rio Amazonas, começa a ganhar mais espaço na rede mundial. O site www.amazonia.com.br traz, desde sua página inicial, informações sobre a grandeza do rio e de seus afluentes. Os 6,5 milhões de quilômetros quadrados da bacia cabem na rede. Basta clicar.

AGORA a revista do ano 2000

anuncie aqui e faça parte deste projeto

(61) 323-7516 - imprensa1@fenae.org.br

Dos LEITORES

Descobrimento

Quanto a tal "guerra justa", que buscaria forçar os índios no Brasil a aceitarem a evangelização, se de fato ocorreu e se contou com a participação de nossos antepassados católicos, como tentou sustentar a revista **FENAE AGORA** (edição 20 -fevereiro 2000), tal episódio ocorreu verdadeiramente à revelia do desejo oficial da Igreja. Afinal, há vasta documentação histórica que comprova que a Igreja Católica e os papas daquela época sempre se manifestaram contrários à evangelização forçada dos índios. Para demonstrar que era regra da Santa Sé respeitar a liberdade dos ameríndios, no tocante à aceitação ou não da fé cristã, julgo suficiente mencionar o breve "Vertias Ipsa" do papa Paulo III, de 19/5/1537, que reafirma que os índios não poderiam ser obrigados à conversão e nem submetidos à escravidão.

Penso também que não é justo hoje julgar nossos antepassados com os mesmos olhos dos homens da Idade Contemporânea. Teríamos que, primeiro, nos colocar em seu lugar e pensar com os parâmetros de sua época. Deve-se dizer mesmo que, se o processo de evangelização dos índios pela Igreja tenha também contribuído para sua extinção pelos colonizadores portugueses, por outro lado não poderíamos nunca ignorar a reta intenção dos missionários católicos que, à sua maneira, com sacrifícios e riscos, seguiram a ordem de Jesus, que ordenou à sua Igreja: "Ide por todo o mundo e pregai o Evangelho a toda a criatura".

Luiz Eduardo de Arruda
Brasília (DF)

Salário mínimo

Bastante oportuna a matéria "Por uma nota de US\$ 100", publicada na edição 21 (abril 2000) da **FENAE AGORA**. De fato, o salário mínimo de

R\$ 151,00 é miserável em comparação com outros países, e é certo que não temos condições de dar lazer, saúde, educação e todas as outras condições de dignidade referidas no citado artigo 1º, inciso IV, da Constituição Federal. É injustificável o que estão fazendo com a discussão acerca do salário mínimo. Nem mesmo o "todo-poderoso" ACM consegue romper a barreira de interesses contrários ao povo trabalhador.

Interessante seria se nossos congressistas tivessem que viver, ou melhor, sobreviver com um salário de R\$ 151,00. Será que conseguiriam? Eu duvido.
Luiz Carlos dos Santos
Toledo (PR)

Aposentada

Sou Inêz de Castro Pinto Rui, aposentada pelo INSS, e fui funcionária municipal durante anos. Trabalhei em escolas com cadastro e merenda escolar. Outro dia li, em casa de uma amiga (ex-funcionária da Caixa Econômica Federal), uma revista que muito me agradou. Trata-se da **FENAE AGORA**: maravilhosa, educativa, bela apresentação. Enfim, muito me encantou...

Como faço parte dos 500 anos do Brasil, por ser também uma descendente de índio brasileiro, como bem situa o editorial da edição 20 -fevereiro 2000, quero ser mais uma a ajudar, com um grão de areia, neste processo de construção de um país melhor chamado Brasil, divulgando para isso um pouco mais de informação.

Cada um tem que fazer alguma coisa, por mínima que seja. Vivo procurando coisas boas, novas e atualizadas. **FENAE AGORA** foi uma dessas boas coisas. Esta, aliás, é uma revista para

fazer parte do acervo de qualquer biblioteca.

Inês de Castro Pinto Rui
Tietê (SP)

Informações

Antes de tudo, quero parabenizar pela excelente revista que vocês publicam. Nela vocês não omitem informações, ao contrário do que a gente vê nas demais.

Carlos Moabe

Importância

FENAE AGORA contém informações importantes para os professores de todo o Brasil. Gostaria de receber a revista, levando-se em conta que essa publicação será de grande valia para o desempenho de minhas funções em sala de aula.

Maria Olegária Rodrigues Machado
Camapuã (MS)

Trabalho

Sou pedagogo e estudante de Letras. Tive contato com **FENAE AGORA** e simplesmente adorei. Pretendo fazer um trabalho escolar com a revista, divulgando-a entre meus alunos.
Cláudio César Pereira Cristal
Araçatuba (SP)

Interesse

FENAE AGORA desperta grande interesse no corpo docente da Universidade Severino Sombra, da qual sou reitora em exercício.
Neide Maria Benevides Abreu
Vassouras (RJ)

• A seção "Dos Leitores" é o espaço de opinião do leitor. **FENAE AGORA** se reserva o direito de resumir as cartas, sem prejuízo do conteúdo. As correspondências devem ser devidamente identificadas (assinatura e endereço). •

O mal dos males

■ Jânio de Freitas

Se fossem postas sobre a mesa todas as deficiências institucionais que contribuem para a incapacidade brasileira de desatolar o país, dificilmente o sistema eleitoral deixaria de ser o maior acusado.

A cada eleição, discutem-se melhoramentos operacionais, regras mais rígidas, conveniências e inconveniências do voto distrital, no Congresso discute-se tudo e na imprensa discutem-se algumas coisinhas. E nada muda.

O poder do dinheiro é cada vez maior nas eleições. Já é o fator decisivo, guardadas as exceções cada vez mais raras. O uso dos instrumentos do poder público, pelos governantes - sem diferença entre municipais, estaduais e federais - excede muito o cinismo: seu nível só pode ser descrito, grosseiramente, como descaramento. E nada acontece, nada muda.

As irregularidades na propaganda, os crimes eleitorais na relação com os eleitores, os colégios eleitorais formados por títulos fraudulentos, o mercado de votos, tudo isso se tornou norma nas eleições pelo país afora, não importa de que estado ou município se fale. E nada acontece, nada muda.

TVs, jornais, revistas e rádios adotam métodos, aplicados com apuro cada vez maior, para dificultar as acusações de parcialidade no trato supostamente jornalístico da disputa entre os candidatos. Mesmo que se admita a definição de preferência eleitoral por parte de meios de comunicação, será impossível justificar que se transformem em instrumento de propaganda com a manipulação do noticiário, seja no conteúdo, na forma ou na quantidade - e muitas vezes é nos três. O eleitor se torna



um ser passivo e indefeso diante do que não pode avaliar, por falta de instrumentos adequados. E nada acontece, nada muda.

Muitos desses aspectos das eleições brasileiras poderiam ser reprimidos pela Justiça Eleitoral. Há uma infinidade de explicações para a ineficácia desse judiciário, mas poucas chegam a ser algo convincentes. Não é só a lerdeza, por exemplo, de consumir o tempo de um mandato para dar a deputados fluminenses as cadeiras que lhes furtaram com fraudes. É também e sobretudo a inércia do conformismo que acaba se confundindo com conivência: se "a falta de meios em pessoal e em recursos" é o entrave maior, como dito com frequência, a Justiça Eleitoral não adota iniciativa algu-

ma para forçar a correção do problema. Diante dele, nada acontece, nada muda.

A gravidade maior da situação está nessa fatalidade quase cômica: para corrigir o sistema eleitoral, depende-se dos beneficiários de tudo o que nele está errado, que são os políticos.

A menos que um dia, por cansaço ou por sufocação, erga-se do público um movimento capaz de cobrar, pelo menos, algumas correções que dêem um pouco mais de legitimidade às eleições brasileiras.

Jânio de Freitas,
jornalista

A hora do voto pela cidadania

A velha urna será substituída pelo voto eletrônico em todos os municípios brasileiros, já nas eleições municipais deste ano

Os eleitores brasileiros voltam às urnas em outubro deste ano, para a eleição de prefeitos e vereadores dos 4.972 municípios do país. Fica fora apenas quem vota no Distrito Federal, onde não há eleições municipais. Em Brasília e nas chamadas cidades-satélites, há administradores indicados pelo governador local.

O Brasil é hoje um país predominantemente urbano, com cerca de 75% da população vivendo nas cidades, onde são cada vez maiores as demandas por serviços públicos, especialmente nas áreas de habitação, saneamento básico, saúde e educação. E a capacidade do poder público municipal de dar resposta ao agravamento dos problemas sociais mostra-se cada vez mais limitada. Numa ponta observa-se a escassez de recursos disponíveis e na outra a escalada da corrupção a corroer a máquina administrativa.

No Brasil, a média de receitas diretamente arrecadadas pelas prefeituras alcança apenas 15% dos recursos disponíveis (dados

de 1996). Os 85% restantes são oriundos de contribuições obrigatórias e voluntárias dos governos estaduais e federal. Com isso, ganha terreno a manipulação eleitoral dos recursos públicos e o clientelismo.

Reeleição

A reeleição, aprovada a peso de ouro no Congresso Nacional, para dar o segundo mandato a Fernando Henrique Cardoso, tem sido apontada como um agravante aos já contaminados processos eleitorais, por instigar os que desejam permanecer no cargo ao uso da máquina administrativa em benefício próprio, de forma ainda mais intensa. Na opinião de Chico Whitaker, da Comissão Brasileira Justiça e Paz (CBJP), "a busca pela reeleição pode ter consequências terríveis" nessas eleições municipais.

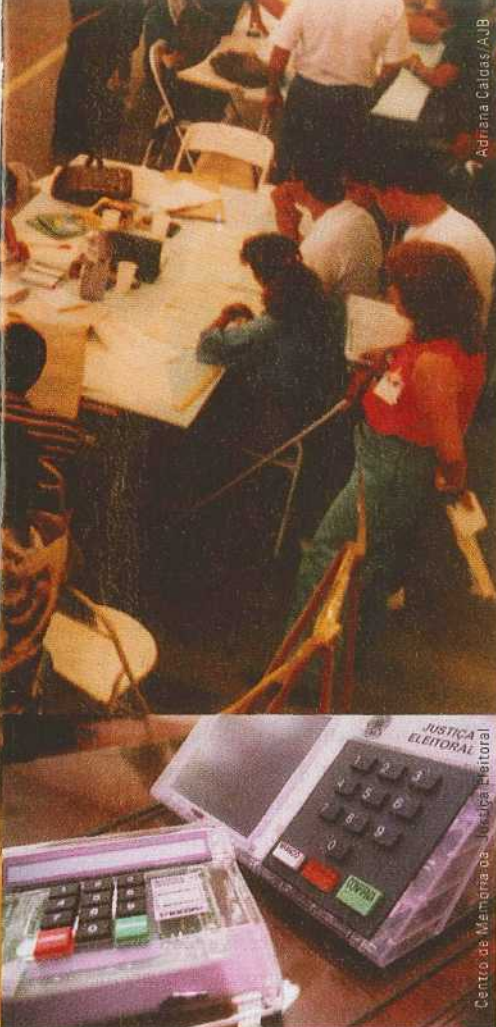
A CBJP é ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), uma das 60 entidades que propuseram, em 1998, a iniciativa popular pela aprovação de um projeto de lei contra a corrupção eleitoral. Foram colhidas mais de um milhão de assinaturas de eleitores

em todo o país e o projeto foi votado em tempo recorde, tornando-se o primeiro projeto de iniciativa popular a ser aprovado pelo Congresso Nacional. Hoje a sociedade brasileira dispõe da lei nº 9840, de 29 de setembro de 1999, um importante instrumento para o combate ao crime da compra de votos.

Corrupção

Chico Whitaker acha que com a explosão de denúncias de corrupção, como as que envolvem a Câmara Municipal de São Paulo e inúmeras outras por todo o país, a tendência é o eleitor deixar de participar do processo eleitoral, não comparecendo para votar, "o que seria desastroso, pois o voto é o básico, o mínimo, e deixar de exercer a cidadania nesse nível é desistir de tudo". O processo eleitoral, a seu ver, é um momento importante para a discussão política e uma oportunidade para o cidadão canalizar suas aspirações e dar o seu "grito pela honestidade", exigindo o cumprimento da lei 9840.

Na opinião de Daniel Piccoli, da equipe rural do Centro de Estudos de Ação Popular



Adriana Galdas/AJB

Centro de Memória do Sistema Eleitoral

(Ceas), "eleições no Brasil, nos últimos 30 anos, têm se dado para legitimar uma elite e deixar tudo como está". Segundo ele, grupos continuam dominando, o coronelismo do tipo exercido pelo senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA) mantém-se atuante e a compra de voto ainda é praticada abertamente.

O Ceas é uma organização não-governamental que atua na ação social em áreas urbanas e rural, na Bahia e em Alagoas. Trabalha com movimentos de moradia popular, escola comunitária e mulheres trabalhadoras, em Salvador; com trabalhadores no cultivo do cacau, no sul da Bahia; com trabalhadores sem-terra e com pequenos produtores de café, na região de Vitória da Conquista (sudoeste); e ainda com canavieiros e trabalhadores sem-terra, no interior de Alagoas.

Limites Daniel diz que, apesar dos limites colocados para as transformações desejadas pelos movimentos populares, é importante que eles participem do processo eleitoral discutindo com a sociedade e buscando eleger candidatos que

tenham engajamento em suas lutas e que se identifiquem com suas demandas. Hoje, na avaliação do representante do Ceas, os movimentos mais pujantes são os de luta pela terra, principalmente o MST, "mas há também os movimentos por moradia e os movimentos de mulheres, índios e negros, entre outros, que podem contribuir de forma mais efetiva para a construção de modelos alternativos de administração pública nos municípios. Falta uma maior articulação desses movimentos".

Chico Whitaker, da CBJP, também vê espaços para a participação popular e assegura que as entidades que se mobilizaram pela aprovação da lei 9840 vão continuar atuando não só no combate ao aliciamento de eleitores por parte de candidatos inescrupulosos, como também pelo comprometimento dos prefeitos e vereadores com as demandas sociais. "Percebo a multiplicação de grupos que se organizam e que podem contribuir para construção de modelos democráticos e populares de administração em nível municipal, mas não sinto que isso possa ter consequência direta na eleição para presidente em 2002, quando o centro do debate será o modelo econômico perverso que temos hoje no país. O debate sobre um projeto para o país acaba não se viabilizando numa eleição municipal".

O ativista do Ceas, Daniel Piccoli, reconhece a dificuldade apontada por Whitaker, mas ressalta a necessidade de os movimentos populares estarem permanentemente voltados para as questões estruturais, sem prejuízo para as lutas que travam em nível local. "O município está ligado a questões maiores, por isso temos que atuar pensando sempre em transformações mais amplas".

Resistência

As representações dos empregados da Caixa e dos demais bancos federais vêm nas eleições municipais um espaço para fortalecimento da resistência ao desmonte e à privatização destas instituições. A ideia é destacar o papel dos bancos públicos para o desenvolvimento econômico e social do país, a partir de suas presenças nas regiões e municípios, onde estão as principais demandas dos cidadãos. Os comitês estaduais e o Comitê Nacional em Defesa dos Bancos Públicos pretendem visitar 200 dos principais municípios, para reuniões com prefeitos e candidatos com chances eleitorais. •

Compra de votos é punida com cassação de candidatos

A lei nº 9840, que resultou de projeto de lei de iniciativa popular encaminhado ao Congresso pela CNBB e outras 60 entidades, com mais de um milhão de assinaturas, trouxe grandes novidades. Em seu artigo 1º, ela prevê a cassação do registro do candidato, caso seja caracterizada a compra de votos. O Código Eleitoral já previa a pena de prisão para essa prática, mas raramente isso acontecia.

A possibilidade de cassação do registro do candidato não prejudica a aplicação da pena de prisão prevista no Código, sempre que for o caso.

A nova lei coloca também na esfera do processo eleitoral a apuração e a punição para o aliciamento de eleitores com oferta de pagamento. Com isso, ganhou-se maior eficácia, dada a possibilidade de aplicação imediata da sanção prevista. Antes, a apuração e punição davam-se apenas na esfera do processo penal, em que procedimentos sempre demorados retardavam a aplicação da pena. No processo eleitoral, o convencimento do juiz pode se dar através de um processo simplificado e bastante ágil.

A punição para o uso da máquina administrava em favor de candidatos tornou-se mais forte. Antes era só multa, agora é multa e cassação do registro do candidato. A apuração e a punição, também neste caso, dão-se na esfera do processo eleitoral.

A Comissão Brasileira Justiça e Paz, da CNBB, elaborou roteiro detalhado para a fiscalização, que deve ser exercida por todos os cidadãos. O documento pode ser obtido no site www.lei9840.org.br

Fenae amplia s

O primeiro mandato da atual diretoria da Federação foi marcado por forte

Com um ano de mandato, completado no dia seis de maio, a atual diretoria da Fenae mantém uma linha de atuação inflexível no que se refere ao aprimoramento e à qualificação das ações da entidade, sempre buscando ampliar sua credencial de representação nacional dos empregados da Caixa e reforçando sua condição de aliada do movimento geral dos trabalhadores e dos movimentos populares.

Entre as iniciativas da Federação, no último período, destacam-se a incansável batalha pela preservação de direitos e pela sobrevivência profissional dos empregados da Caixa; a mobilização contra o desmonte e a privatização da Caixa e dos demais bancos federais; a participação em projetos de resgate da cidadania e da justiça social; e o engajamento em ações de re-

sistência ao projeto neoliberal adotado pelo governo de Fernando Henrique Cardoso.

Em uma breve retrospectiva do trabalho da direção da Fenae, ao final deste primeiro ano de mandato, detectamos um período de muitas dificuldades, porém rico em atitudes frente aos desafios que se apresentaram:

Privatização

A ameaça de privatização da Caixa tornou-se evidente no início de 1999. Ao tomar posse, em maio, a atual direção da Fenae já havia se articulado com outras representações dos empregados na criação do Comitê Nacional em Defesa da Caixa. O comitê foi criado no dia 20 de abril, com a participação de representantes da Fenae e de outras sete entidades de empregados da Caixa: Fenag (Federação dos Gerentes); Fenacef (Federação dos Aposentados); Unei (União

Nacional dos Economiários Inativos); Advocéf (Associação dos Advogados); CEE-Caixa (Comissão Executiva dos Empregados); Direp/Funcef (diretor representante no fundo de pensão); e Direp/Sasse (diretor representante na seguradora). Pela primeira vez todas as representações dos empregados se integraram em um mesmo fórum. O Comitê Nacional orientou a criação de comitês estaduais por todo o país. A Fenae integrou-se também ao Comitê Nacional em Defesa dos Bancos Públicos, criado no dia 18 de maio de 99.

Abaixo-assinado

Foi distribuídas em todo o país cópias de um abaixo-assinado em apoio à proposta de emenda constitucional (PEC), que torna necessária a autorização do Congresso para qualquer alteração na composição societária dos bancos federais e

Criação do Comitê Nacional em Defesa dos Bancos Públicos, em 18 maio de 99



Missão Criança



Café da manhã na Câmara Federal

uas ações

atuação em defesa da Caixa como banco público

suas subsidiárias. A Fenae cede espaço para funcionamento do Comitê em Defesa da Caixa, onde estão sendo centralizadas as adesões ao abaixo-assinado, obtidas pelos comitês estaduais. O objetivo definido no Comitê Nacional em Defesa dos Bancos Públicos é de um milhão de assinaturas.

Livro O livro "O Brasil privatizado", do jornalista econômico Aloysio Biondi, editado pela Fundação Perseu Abramo, teve parte de sua tiragem adquirida pela Fenae. A Federação comprou 15 mil exemplares, que estão sendo repassados aos bancários da Caixa.

Parlamento O trabalho da Fenae no âmbito do Congresso Nacional tem sido intenso e conta, inclusive, com uma assessoria permanente. A Fed-

eração tem se empenhado em atividades que visam arregimentar aliados à luta contra a privatização dos bancos federais, como no caso do café da manhã promovido pelo Comitê Nacional em Defesa dos Bancos Públicos, no dia 16 de junho de 99, com a presença de 50 deputados de praticamente todos os partidos. No dia 28 de outubro, durante homenagem aos 191 anos do Banco do Brasil, na Câmara Federal, o deputado Wellington Dias (PT-PI), o presidente da Fenae, Carlos Borges, e o presidente da CNB-CUT, Sérgio Rosa, entregaram ao presidente da sessão solene, deputado Heráclito Fortes (PFL-PI), a PEC que proíbe a privatização dos bancos federais, dos Correios e da Petrobras, subscrita por 186 parlamentares.

Audiência Encontros como os que aconteceram este ano com o vice-presidente da República,

Uma história construída ao longo de 29 anos

A Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa (Fenae) completou 29 anos de existência no último dia 29 de maio. Foi criada em 1971, durante o 6º Congresso Nacional das Associações de Pessoal, em Curitiba (PR), passando a congregar, à época, 22 entidades estaduais. Atualmente, a Fenae conta com 32 associações filiadas.

É uma entidade que nasceu como fator de integração e de unidade para os empregados da Caixa, tendo se firmado também ao longo de sua história como suporte para as principais mobilizações da categoria. Além de promover eventos socioculturais e esportivos, como os concursos nacionais de literatura e poesia, os festivais de teatro e de música, os encontros de corais e os jogos da Fenae, a Federação oferece apoio financeiro e político para a organização de congressos, seminários e várias outras atividades do movimento dos empregados da Caixa.

Em 1998, a Fenae promoveu uma mudança em seu estatuto, assumindo também o condição de substituta processual em ações jurídicas que visem resguardar os direitos dos associados das associações de pessoal.

O órgão máximo da entidade é o seu Conselho Deliberativo Nacional (CDN), composto por representantes das associações. A Fenae detém 1% da Sasse Seguros e controla outras duas empresas, a FENAETUR (Fenae Viagens e Turismo Ltda) e a Fenae Corretora e Administradora de Bens S/A, das quais as associações de pessoal são também acionistas.





Reunião com o presidente da Funcef, Edo de Freitas

Marco Maciel, e com o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Amaury Bier, com o objetivo de atuar em favor da preservação dos bancos federais e de buscar solução para o impasse nas negociações do acordo coletivo de trabalho dos empregados da Caixa, foram também resultado da ação via parlamento. A Federação tem participado também de audiências públicas em câmaras de vereadores e assembleias legislativas em vários estados.

Causas Há ainda causas de interesse geral da sociedade, às quais a Fenae tem se dedicado. Foi o caso da luta em tomo dos direitos previdenciários que a reforma do governo acabou por solapar, e agora o da defesa de mudança na legislação tributária, para que a faixa de isenção seja aumentada e para que seja instituída a progressividade na tributação (quem ganha mais paga mais), conforme propõe o projeto do deputado Ricardo Berzoini (PT-SP).

Debates Seminários, encontros e congressos têm sido uma constante entre as atividades da diretoria da Fenae. A Federação promove eventos próprios, colabora com outras entidades na organização de atividades e participa de debates. Questões ligadas ao sistema financeiro público, aos fundos de pensão e à habitação popular e saneamento estão entre as de maior interesse.

Funcef O fundo de pensão dos empregados da Caixa (Funcef) tem merecido uma atenção especial. Além de zelar para que o patrimônio dos associados seja preservado, exigindo expli-

cações e providências por parte da diretoria da fundação quando surgem suspeitas de irregularidades e cobrando transparência e democratização na gestão, a Fenae participa ativamente das discussões acerca da Previdência complementar, sobretudo no âmbito do Congresso Nacional. A Federação atua ainda na resistência à tentativa das direções da Funcef e da Caixa de impor um novo plano de benefícios prejudicial aos associados ao fundo. E tem cobrado, de forma sistemática, uma solução para o problema da dívida que a Caixa tem para com a Funcef, para que não haja o calote tantas vezes ensaiado.

Aposentados A defesa dos direitos dos aposentados da Caixa é também uma batalha permanente. Preservar a paridade com o pessoal da ativa e evitar prejuízos com mudanças no plano de benefícios da Funcef são as

questões básicas. A Federação tem cobrado também, com insistência, a volta do fornecimento de tíquetes-alimentação e o pagamento dos abonos concedidos ao pessoal da ativa.

Ações jurídicas As questões jurídicas de interesse dos empregados da Caixa (da ativa e aposentados) contam com a assessoria de dois escritórios de advocacia contratados pela Fenae.

Informação Além do informativo eletrônico diário, FenaeNet, a Federação publica o jornal "Fenae Notícias" (mensal) e a revista "FENAE AGORA" (bimestral). Patrocina ainda a publicação do jornal da Comissão Nacional dos Empregados (CEE-Caixa) e do boletim Fórum dos Aposentados, criado em abril deste ano.

Cidadania A Fenae integra o Fórum Nacional de Reforma Urbana (CFNRU), como entidade titular, e também o fórum "Criança no Lixo, Nunca Mais", criado pela organização não-governamental "Missão Criança", cujo objetivo é oferecer a bolsa-escola a famílias carentes que mantenham seus filhos na sala de aula.

Mobilização A Federação tem sempre uma participação ativa nas manifestações de caráter nacional, como no caso da "Marcha dos Sem-Terra", em abril de 97, e da "Marcha dos 100 mil", em agosto de 99, quando trabalhadores de todo o país tomaram conta de Brasília.



Os trabalhadores tomaram Brasília no dia 26 de agosto de 99, com a Marcha dos Cem Mil

"O desmonte já começou"

A diretoria da Fenae é renovada a cada três anos, em eleição direta. Participam todos os bancários da Caixa - da ativa e aposentados - que pertençam ao quadro associativo das associações de pessoal nos estados. O atual presidente da Federação é o maranhense Carlos Borges, 41 anos, empregado da Caixa desde 1982 e economista. Sua dedicação ao movimento vem desde as históricas mobilizações de 1985 e 86, que levaram à conquista da jornada diária de seis horas e do direito à sindicalização para os empregados da Caixa.

Nesta entrevista a FENAE AGORA, Borges fala do momento delicado por que passam os bancos públicos federais, por conta da ameaça lançada pelo governo federal, de esvaziamento dessas instituições, especialmente em suas áreas comerciais, podendo ter como consequência a privatização.

FA- Qual o maior desafio colocado hoje para a Fenae?

Borges - Sem dúvida, a nossa maior preocupação é com o futuro da Caixa, pois está em jogo sua condição de banco social. Está claro que o projeto do governo é promover o desmonte e a consequente privatização dos bancos federais. E defender a preservação do papel historicamente atribuído à Caixa, significa, a um só tempo, defender o direito do cidadão de baixa renda a ter acesso a programas e serviços bancários de alcance social e também defender o emprego e a dignidade profissional de milhares de bancários (as). A ameaça torna-se cada vez mais concreta na medida que avançam os estudos feitos pela consultoria Booz Allen, contratada pelo governo para elaborar proposta de remodelagem das bancos federais. Em audiência pública na Câmara Federal, dia 16 de maio, o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Amaury Bier, já adiantou, por exemplo, que o BNB e o Basa não serão, necessariamente, mantidos como instituições financeiras federais e que o governo tem apenas a responsabilidade de manter as políticas públicas e o papel exercido



por esses bancos em suas respectivas regiões. A mesma indefinição foi manifestada em relação à atuação da Caixa e do BB, sobretudo na área comercial.

FA - O desmonte da Caixa já começou ou ainda depende da conclusão dos estudos que o governo vem realizando sobre a chamada reestruturação dos bancos federais?

Borges - Já começou e de forma agressiva. A terceirização de serviços já chegou a praticamente todos os setores, inclusive nas atividades-fins da instituição, colocando em risco o desempenho dos negócios por estar sendo utilizada mão-de-obra desqualificada, assim como a segurança e o próprio sigilo das operações. A transferência de serviços para as lotéricas - aqueles dirigidos a pequenos correntistas e ao trabalhador - está tornando as agências um local apenas para operações mais lucrativas, que é o que interessa ao capital privado. A mudança no plano de benefícios do fundo de pensão dos empregados, passando de benefício definido para contribuição definida, é outra medida em andamento que visa deixar a empresa ao gosto do setor privado.

FA - E como a Fenae está agindo diante disso?

Borges - Estamos trabalhando juntamente com as associações e os sindicatos na sensibi-

lização da sociedade e dos bancários - não só os da Caixa - para a gravidade da situação. E estamos nos empenhando em debate com parlamentares, personalidades e segmentos sociais organizados, assim como em atividades conjuntas com os representantes dos demais bancos federais, de combate político ao projeto de privatização do governo.

FA - Que outras questões foram enfrentadas neste um ano de mandato?

Borges - Tivemos pela frente uma campanha salarial bastante difícil. A Caixa, seguindo orientação do governo FHC, mostrou-se disposta a retirar conquistas obtidas nos anos anteriores pelo nosso movimento e tivemos que nos desdobrar na mobilização convocada pela Comissão Executiva dos Empregados, para evitar o rebaixamento do acordo coletivo. Tivemos que nos engajar em protestos, paralisações de unidades e greve no final do ano passado. As dificuldades foram tantas que o acordo 99/2000 só foi assinado em abril deste ano, quando houve entendimento entre a Caixa e a representação dos empregados de que o acirramento não levaria a nada, com perdas para ambas as partes.

Atuamos ainda na resistência aos ataques da direção da Caixa e do governo ao nosso fundo de pensão, exigindo transparência e democracia na sua gestão, e também na defesa dos interesses dos colegas aposentados, frente ao descaso com que estão sendo tratados pelas diretorias da Caixa e da própria Funcef Além disso, nos ocupamos da reestruturação das empresas do Grupo Fenae. A nossa agência de turismo, a Fenaetur, teve sua estrutura readequada à nossa realidade e ao mercado, e a Fenae Corretora, que entre as empresas do ramo já ocupa a sexta posição no mercado nacional, está sendo potencializada em suas atividades, de forma a tornar-se ainda mais competitiva. Todas essas ações foram se dando de forma praticamente simultânea e em meio a várias outras, como é o caso das mobilizações nacionais dos trabalhadores, com as quais somos chamados a colaborar. •

Capa

■ *Antônio José Reis*

Sob o domínio ditadura com

Q

uinientos anos se passaram. 500 anos de um país onde o Estado sempre teve como resultado ideológico a importação

das idéias das elites dominantes estrangeiras. Mirando-se no exemplo autoritário de seus ancestrais lusitanos, os atuais inquilinos do Palácio do Planalto se acham acima da lei e da ordem democrática. Isso ficou evidente durante as comemorações oficiais dos 500 anos do Brasil realizadas na região de Porto Seguro (BA), no último dia 22 de abril, quando um batalhão da PM baiana impediu que um grupo de representantes dos povos indígenas, do movimento negro e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) protestasse pacificamente, como assegura a Constituição, contra o caráter colonial das festas do descobrimento do Brasil por Portugal. Exemplo emblemático e moderno desse desencontro entre os conquistadores e os habitantes da terra foi a cena de um índio ajoelhado no asfalto diante de uma tropa de policiais.

A falta de igualdade perante a lei, com a polarização entre a carência absoluta e o privilégio absoluto, se tornou rotina desde que os conquistadores portugueses passaram a dar as cartas no território brasileiro. Ao custo, é verdade, da violenta exploração dos que aqui viviam. Esse episódio faz parte de uma novela de um sem-número de capítulos que daí se seguiram. O processo de colonização do Brasil começou pelas capitânias hereditárias, sistema que consistiu

na divisão do território colonial em 12 porções irregulares e sua doação a latifundiários pelo rei de Portugal.

O historiador Clóvis Moura vê nessa questão um dos problemas ainda não resolvidos pelo país. Ele resumiu o enredo: "Com a transferência das leis de Portugal para cá, o Brasil foi transformado em uma unidade de colonização monopolista. E até hoje sentimos esses efeitos. A primeira lei de terra no país data de 1850. Até então o direito de doar faixas de terras a particulares cabia ao Estado. Logo depois da Independência, como na época não havia uma lei reguladora, pipocaram as invasões de propriedades pelos posseiros. Em 1850 eles foram expulsos e os latifundiários, com capital para tudo comprar, adquiriram as terras dos posseiros que, em consequência disso, perderam seus direitos". Moura citou que, a partir desse cenário, o país passou a experimentar um intenso nível de concentração da posse da terra, processo que se perpetuou. Talvez esteja aí a causa de a reforma agrária, ao longo dos anos, ter-se tornado uma questão candente para a democracia brasileira.

É certo que o atual Estado brasileiro vincula-se umbilicalmente tanto ao processo de capitânias hereditárias, cujos donatários dispunham de poderes quase absolutos, quanto ao modelo de concentração fundiária. O jurista Dalmo de

A b r e u
Dallari
opinou
que a legislação
portuguesa, a partir
do momen-

to em que o sistema de colonização foi iniciado, jogou forte peso no processo de organização política, econômica e social do nosso país. "Muitos dos que estavam aqui ocupando o território viveram em lugares isolados, sem contato com os outros centros, sem contato com qualquer autoridade superior. Tudo isso fez com que fosse surgindo uma legislação que, mais ou menos, imitava a de Portugal. Havia muitas leis feitas nos próprios locais. Isso é o que explica o desenvolvimento do município e do direito municipal brasileiros", afirmou Dallari. Ele observou que a legislação portuguesa vigorou no Brasil até a proclamação da Independência, apesar de nunca ter tido efetivamente uma aplicação rigorosa. "Isso explica, em grande parte, porque os brasileiros não se acostumaram a viver estritamente segundo a lei". Para Dallari, a marca da formação jurídica brasileira está no fato de que muitos dos que vieram de Portugal para ocupar o território no Brasil, ou que por aqui se desenvolveram, não tiveram interesse em respeitar a lei.

Advento

A trajetória do Brasil desde a chegada da frota de Pedro Álvares Cabral, a partir de 1500, se estrutura no autoritarismo. Nos mais de três séculos da Colônia, o poder foi exercido apenas pelos brancos que possuíam terras e trabalho escravo, nas câmaras dos homens bons. Com a proclamação da Independência, o país tornou-se Império e ganhou Legislativo nacional, mas os privilégios da classe rural e a continuidade do regime de escravidão foram mantidos. Passados 111 anos desde o advento da República, a elite política e econômica urbanizou-se, mas não abandonou o comando.

Coube à Constituição de 1824, outorgada

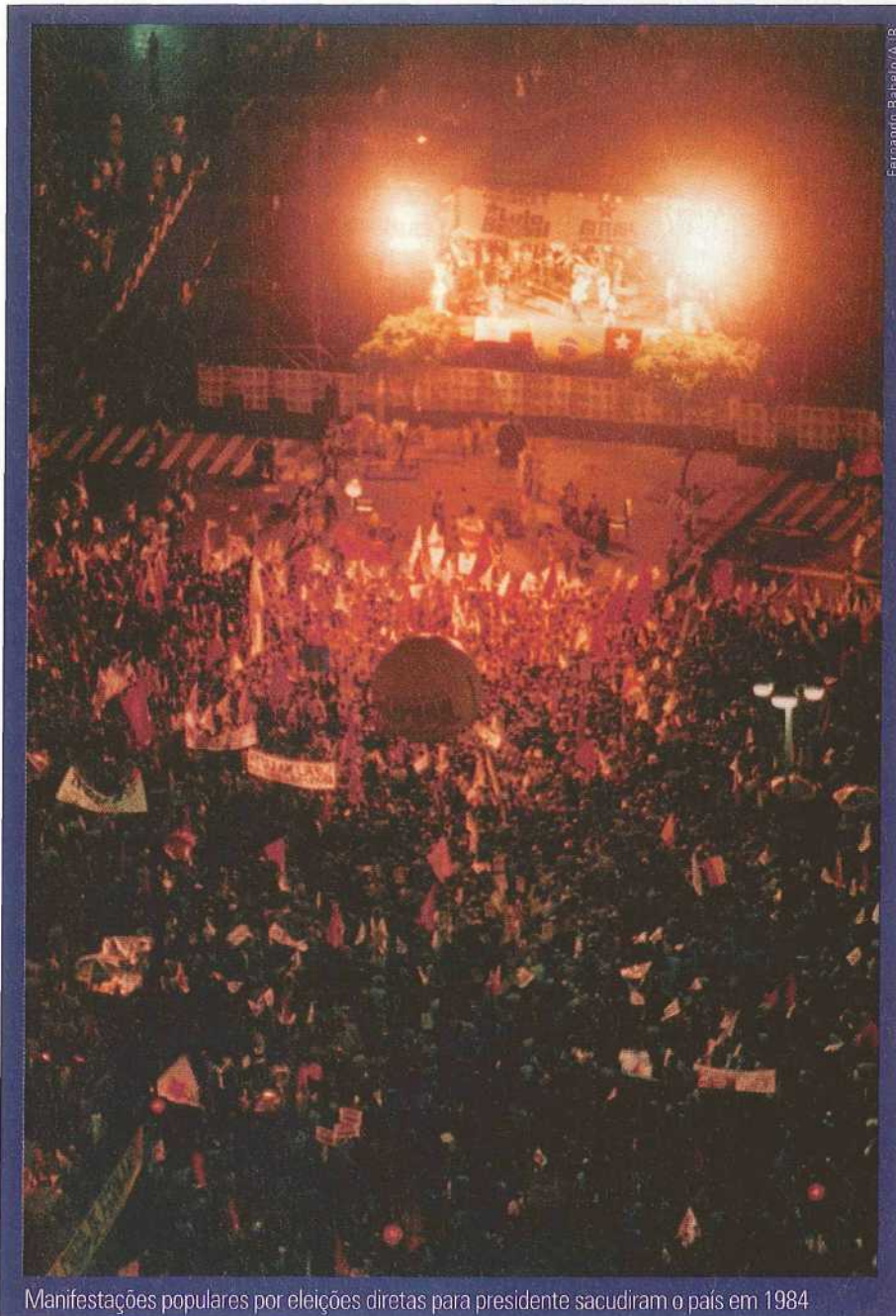
Congresso
Constituinte, em
1988, aprova
Constituição cidadã

Governo FHC faz da Constituição uma colcha de retalhos

Desde que se libertou do domínio português, o Brasil já teve nove constituições. O modelo do regime militar de fazer da Constituição uma colcha de retalhos, com o objetivo de tornar-se senhor absoluto dos poderes Executivo, do Legislativo e do Judiciário, foi copiado fielmente pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. Quando houve a promulgação da Constituição cidadã, em cinco de outubro de 1988 (a maioria de seus artigos, aliás, ainda não foi regulamentada), imaginou-se que a figura do decreto-lei não mais faria parte da vida política nacional.

Mas é exatamente o contrário disso o que vem acontecendo. Presidente autoritário, FHC pensa que sua vontade está acima da lei e da ordem. Os decretos-leis, travestidos de medidas provisórias - que, de acordo com a Constituição, deveriam ser baixadas quando o país passasse por estado de urgência e emergência - têm sido adotados dia após dia sob os mais diversos pretextos e os mais distintos objetivos. Já foram mais de quatro mil, entre 1994 a 2000. "Em uma situação dessa, onde é que o país pode encontrar uma segurança jurídica?", pergunta o advogado Adacir Reis, consultor e assessor parlamentar da Fenae. O historiador Clóvis Moura responde: 'As MP adotadas por FHC são reminiscências dos decretos-leis do Estado Novo e dos atos da ditadura militar. O presidente governa através do que ele próprio chamava de entulhos autoritários, na época do regime militar'.

O saldo das MP tem sido devastador. Assim, no lugar dos antigos ditadores fardados, o governo tucano alia formalidades democráticas a práticas autoritárias.



Manifestações populares por eleições diretas para presidente sacudiram o país em 1984

por dom Pedro I e que foi a primeira do Brasil, a organização do Império. Para promulgá-la, o imperador dissolveu a Assembleia Nacional Constituinte e invocou o princípio que pretensamente ungia os reis no direito divino. A partir de então, o país passou a contar com um governo monárquico hereditário, constitucional e representativo. O Poder Moderador, concentrado na figura do imperador, era a chave de toda a organização política brasileira. Com isso, como escreveu o jurista Raymundo Faoro em recente artigo à revista "CartaCapital" (edição de 26 de abril), "o Estado - na sua essência - não era a auto-

consciência do indivíduo, mas uma entidade artificial, postiça, que se alimentava das entranhas da sociedade civil, aleijando-a na medida da necessidade de que a ele servisse". Faoro esclareceu que, na época, quem a isso se opusesse era sacrificado.

Para Clóvis Moura, naquele período, o problema da unidade nacional não tinha nada a ver com as estruturas de poder. "Foi criada uma estrutura econômica uniforme, que era a escravidão, a quem coube consolidar a unidade nacional. O processo ocorria de cima para baixo, tal como se sucedeu com a Independência e com a República, esta última



através de um golpe militar. Não tivemos uma revolução de baixo para cima que mudasse as estruturas do país. Se assim tivesse acontecido, o território nacional seria recomposto via trabalho livre. Mas, como isso não ocorreu, quem sustentou a unidade nacional foi o trabalho escravo".

Por falar em unidade nacional, Dalmo Dallari disse que ela se coloca, na verdade, no comecinho do século XIX. Ele considera a vinda de dom João VI para o Brasil, na iminência da invasão de Portugal pelas tropas de Napoleão Bonaparte em 1808, como fator determinante para a integridade do território brasileiro. Eis a sua opinião a respeito desse assunto: "É interessante fazer uma breve reflexão sobre esse momento histórico. É o momento em que Napoleão invade a Península Ibérica para forçar um bloqueio à Inglaterra. Em vista disso, a coroa portuguesa fugiu para o Brasil. A partir daí o governo português se instalou por aqui e, neste momento, há uma presença maior do governo de Portugal em todo o território brasileiro. Muito diferente disso aconteceu na Espanha. Quando Napoleão invadiu também a Espanha, o rei espanhol abdicou e um outro foi designado para o seu posto, levando a Espanha a perder o controle das suas colônias. Isso é o que explica porque na América espanhola, desde 1811, começam a ocorrer independências. Mas independências de pedaços, explicando então o grande número de países, antigas colônias espanholas, enquanto que houve uma única e antiga colônia portuguesa. De fato, esse foi um momento importante para a preservação da unidade brasileira".

Considerada uma das fases mais difíceis da vida nacional, com grandes conflitos sociais, o período da primeira regência no Brasil estendeu-se de 1831 a 1840, ano em que dom Pedro II foi declarado maior de idade. Como parte da elite política da época, os restauradores criaram o Partido Conservador e os liberais (radicais e moderados) formaram o Partido Liberal. Esse período, contudo, não representou um rompimento com o passado. Aparcela pobre da população continuou afastada da vida política e os movimentos populares foram reprimidos com violência. Datam dessa fase a Cabanada - em Pernambuco (1832), a Cabanagem - no Pará (1834), a Guerra dos Farrapos - no Rio Grande do Sul (1835), a Sabinada - na Bahia (1837) e a

Balaiada - no Maranhão (1838). Por outro lado, a segunda regência encerra-se em 15 de novembro de 1889, com a proclamação da República. Foi tido como o período da conciliação nacional e do desenvolvimento econômico. De 1870 a 1889, durante a terceira fase da segunda regência, as grandes transformações sócio-econômicas da época apressaram o final da monarquia.



Guimarães), passando pelo Império e pelas diversas fases da República (República velha, era Vargas, segunda República, regime militar era democratização), a sociedade brasileira já percorreu uma longa distância e outra está a ser trilhada. Em julho de 1993, ao participar do seminário "Sociedade, cultura e sindicato" promovido pela Escola Sindical Sete de Outubro, da CUT de Minas Gerais, a filósofa Marilena Chauí pôs o

dedo na ferida: 'A sociedade brasileira é, estruturalmente, autoritária. Trata-se de uma sociedade que guardou do modelo escravista a forma hierárquica das relações sociais. No

Brasil, as relações sociais nunca se dão entre parceiros que, sendo opostos, antagônicos ou aliados, são reconhecidos como iguais. A relação se estabelece entre um superior e um inferior, pois o país não é pensado classe a classe. É assim no interior da família, é assim no partido político, é assim nas relações de trabalho, é assim no sindicato, é assim na relação amorosa, é assim na relação étnica (racismo), é assim na relação sexual (sexismo) e é assim na relação entre as pessoas". Na ocasião, ela mostrou que - de um modo quase folclórico - a expressão que melhor retrata essa realidade é quando uma das partes diz para a outra: "Você sabe com quem está falando?"

Acerca da natureza do atual Estado no Brasil, com ênfase para o governo neoliberal do presidente Fernando Henrique Cardoso, Marilena Chauí argumentou que o que funciona é um sistema capilar de micropoderes no interior de cada instituição social, realizando no seu todo uma pirâmide. "É por isso que se tem uma altíssima corrupção no topo do aparelho estatal: nas esferas executivas, legislativas e judiciárias. Isso acontece porque o detentor do poder, por se considerar superior aos demais, é imune e passa a não ter nenhuma relação com a idéia de legalidade", comentou a filósofa da USP, acrescentando: "Ele funciona exatamente como funcionava todos os poderes absolutistas, medievais e modernos, anteriores à idéia da Constituição. É um tipo de poder teológico-político, porque não representa aqueles que lhe colocaram numa posição de autoridade. A fonte desse poder não é o social, mas sim o poder pelo poder".

Foi exatamente esse o calcanhar-de-aquiles da vida política e econômica nacional no período do Estado Novo e da ditadura militar. A era Vargas foi marcada pela gradual as-

Distância Entre a legislação da Colônia e a edificada no ano de 1988 com a Constituição "cidadã" (expressão cunhada pelo então deputado Ulysses

Brasil tem sido palco de retrocessos e casuísmos

Ao longo dos anos, o Brasil tem sido palco de retrocessos e casuísmos. Parte dessa realidade, dentro do figurino da ditadura militar, são as emendas à Constituição de 1988, apelidada de cidadã por resultar da mobilização popular, que o presidente FHC encaminhou ao Congresso Nacional, contribuindo assim para entulhar a legislação brasileira. Em 12 anos de existência, a carta cidadã foi emendada 24 vezes pelo governo neoliberal tucano, subserviente ao Consenso de Washington (o receituário de medidas econômicas para os mercados de 60 países na Ásia, África e América Latina, composto por privatizações de empresas estatais, liberalização dos mercados de bens e capitais, desregulamentação acentuada da economia e radical redução do papel do Estado).

Por capricho do alto comando do Palácio do Planalto, a lista de emendas constitucionais aprovadas pelo Legislativo - com o endosso tácito do Judiciário - inclui a quebra dos monopólios do petróleo e das telecomunicações, a desnacionalização do subsolo, o fim

do conceito de empresa nacional, a reeleição para presidente, governadores e prefeitos, a reforma da Previdência e o desmonte do Estado.

Isso é o que acontece quando a Constituição de um país como o Brasil é jogada na lata do lixo: milhares de direitos dos trabalhadores não chegam a ser garantidos. Tanto isto é verdade que aumenta, a cada dia, nos gabinetes do STF, o número de ações diretas de inconstitucionalidades (Adins) da parte da sociedade civil, como forma de forçar FHC a respeitar a Constituição.



Medidas Provisórias - Edição e Reedição por Governo

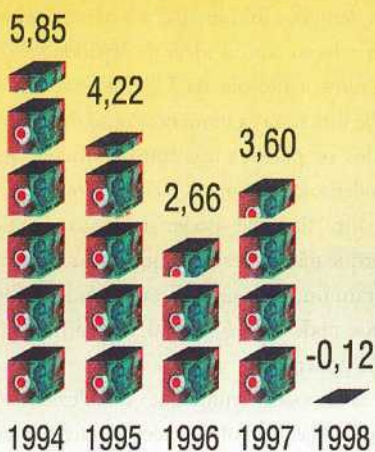
Atualizado em 25.5.2000

Governo	José Sarney	Fernando Collor	Itamar Franco	Fernando H. Cardoso 1º Governo	Fernando H. Cardoso 2º Governo	Total Geral
Originárias	125	87	141	160	55	568
Reeditadas	22	73	364	699 (1) 1.750	115 (1) 1.342	4.365
Convertidas	109	66	118	82	41	416
Revogadas	2	5	5	11	4	27
Sem Eficácia	5	5	15	3	1	29
Rejeitadas	9	11		1		21
Em Tramitação			3	40	32	75
Editadas	147	160	505	2.609	1.512	4.933

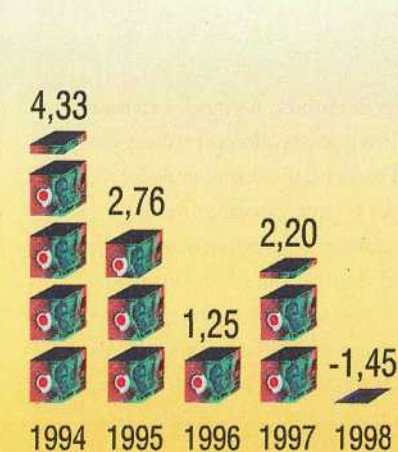
Provavelmente, quando você estiver olhando esse gráfico, os números não serão mais os mesmos. Assim acontece porque a cada dia, a seu bel-prazer, o governo FHC edita e reedita medidas provisórias

O PIB E A RENDA NO REAL

Variação do Produto Interno Bruto desde 1994 - em %



Evolução da renda per capita desde 1994 - em %



Fonte: IBGE

censão da intervenção do Estado na economia e na organização da sociedade. Isto foi feito via centralização do poder, dentro de um processo autoritário que, para Clóvis Moura, praticamente seguiu as instituições democráticas. Com o golpe militar de 30 de março de 1964, quando João Goulart foi afastado sumariamente da presidência da República, o cenário político passou a ser dominado pelo autoritarismo, supressão das liberdades constitucionais e censura dos meios de comunicação. De 1967 a 1984, sob a batuta da ditadu-

ra militar, o Brasil praticamente não viveu sob o império de uma Constituição e sim sob o domínio dos decretos-leis e atos institucionais. A bordo da proteção dessas medidas de exceção foram editadas leis como a Lei de Segurança Nacional, a Lei de Imprensa, a Lei de Greve e a Lei dos Dissídios Coletivos, fazendo da Constituição brasileira uma verdadeira colcha de retalhos. Aliado a isso, o país também foi obrigado a conviver com o aprofundamento de uma política de concentração da riqueza, endividamento externo e abertura

para o capital estrangeiro. Fatores esses que, somados, agravaram ainda mais as desigualdades econômicas e sociais do povo brasileiro. Entre 1964 a 1984, a legião de trabalhadores sumariamente demitidos ou aposentados por motivos políticos resulta de atos e leis de exceção. Neste período, grande parte das entidades sindicais foi posta sob intervenção e muitos sindicalistas tiveram seus direitos políticos cassados.

A sensação de desamparo dos brasileiros no tocante a esse modelo ditatorial e excluyente preparou o terreno para o surgimento de instituições com nova consciência política. Uma expressão desse potencial de resgate que resulta da história do Brasil é, sem dúvida, o Partido dos Trabalhadores (PT), cujo líder máximo é o operário Luís Inácio Lula da Silva, e a Central Única dos Trabalhadores. Fundada em agosto de 1983, a CUT representou o rompimento definitivo dos trabalhadores com a estrutura sindical atrelada e corporativista, naquilo



Resistência ao regime decisiva para o surgimento de uma nova consciência

Junho/2000

que pode ser classificado como um desafio aberto à ditadura e às elites dominantes. Esse período também foi marcado pela greve unificada nacional da categoria bancária, desembocando posteriormente na formação da Executiva Nacional dos Bancários e na criação em 1992 da Confederação Nacional dos Bancários (CNB-CUT). Hoje, como resultado da importância da categoria bancária no cenário político-econômico nacional, o bancário João Vaccari Neto é candidato à presidência da CUT. A luta dos empregados da Caixa Econômica Federal, que em 1985 conquistaram a jornada de seis horas e o direito à sindicalização (a primeira empresa pública a conquistar o benefício), foi decisiva ainda para o campo democrático de avanços de direitos no Brasil contribuir para o desmonte do autoritarismo do privilégio das elites. Desde 1988, de uma forma mais organizada, o resgate da dívida social tem sido cobrado por um setor igual-

mente representativo da sociedade brasileira: o movimento popular. Surgido logo após a promulgação da atual Constituição, o Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU), que conta com a participação da Fenae, joga neste time e desde então luta por um novo sistema de política habitacional para o país.

Desserviço O processo de redemocratização do país teve seu apogeu nas manifestações populares por eleições diretas para presidente, trazendo a história de volta às praças e avenidas do país. Esse processo, que colocou um fim ao regime militar, foi frustrado com a eleição de Tancredo Neves por via indireta. Tancredo, que adoeceu na véspera da posse, morreu sem assumir o poder. No seu lugar foi empossado o vice, José Sarney, egresso das fileiras do partido que dava

sustentação aos generais-ditadores: o PDS. Em 1989, depois do movimento nacional por eleições diretas, Fernando Collor de Mello elege-se presidente e dois anos depois, com um inédito processo de impeachment, foi afastado do comando político do país. Devido a esse episódio, Itamar Franco (vice de Collor) assumiu a presidência até 1994, quando novas eleições diretas colocaram no poder o tucano Fernando Henrique Cardoso. O que se seguiu daí em diante foi um completo desserviço à democracia, numa escala talvez nunca vista na história republicana do Brasil.

Desde 1994, quando assumiu seu primeiro mandato, o presidente FHC adquiriu a mania de dizer uma coisa e fazer outra, não se obrigando ao constrangimento da coerência. A partir de então seu governo passou a não mostrar o rosto, usando máscara, exagerando na maquiagem e se submetendo a diversas plásticas. Seguindo a mesma



linha do regime militar, legislando por decretos-leis travestidos de medidas provisórias, a marca registrada do governo FHC tem sido o desrespeito à Constituição, que, nos termos de seu artigo 78, o presidente jurou manter, defender e cumprir. Para isso tem usado o método do desmonte, exigindo do Congresso Nacional - por vias muitas vezes escusas - a aprovação de mais de 24 emendas que desfiguraram em absoluto a Constituição cidadã. Outra semelhança com os generais-ditadores: as reformas constitucionais promovidas por FHC são filhas adotivas dos atos institucionais da ditadura militar.

O desprezo do presidente FHC pela Carta Magna do país parece ser deliberado. Sob a fantasia da globalização, o governo federal monta uma grande farsa com o objetivo de, quem sabe, pavimentar os caminhos de uma ditadura constitucional. Destacam-se entre o conjunto de mudanças políticas,

presas estatais e de instituições financeiras públicas e o desmonte do serviço público, com a supressão de direitos dos servidores e dos aposentados e pensionistas. Fica daí a certeza de que, ao liquidar o patrimônio nacional e endividar o país de forma atabalhoada, o governo reduz a margem de manobra para enfrentar as mazelas do modelo neoliberal.

Outras críticas contundentes ao programa de mudanças constitucionais perpetradas por FHC vieram do advogado Adacir Reis, consultor e assessor parlamentar da Federação Nacional das Associações do Pessoal da

Caixa Econômica Federal (Fenae). "Da maneira como foi conduzida, a reforma da Previdência foi um retrocesso do ponto de vista dos trabalhadores. Por outro lado, a reforma administrativa - sob a roupagem de um Estado moderno - está desmantelando a estrutura estatal. E dificilmente a reforma tri-

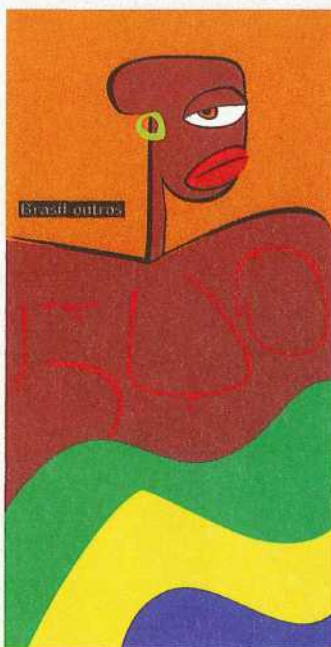
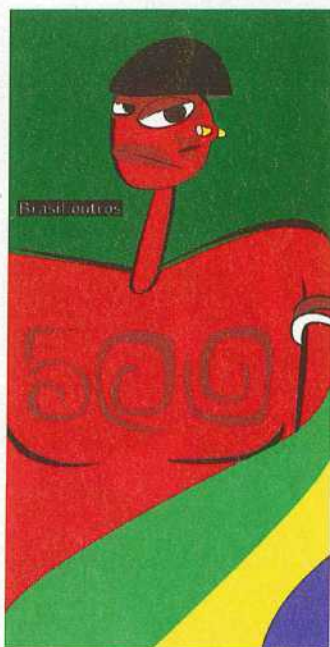
trado que fazem e desfazem. Falta aquela correlação de forças que gera tensionamento saudável para a democracia".

O jurista Dalmo Dallari disse que o mau exemplo vem do próprio governo federal. "As medidas provisórias adotadas pelo presidente FHC são inconstitucionais e possuem caráter ditatorial. Temos MP durando quatro, cinco e seis anos. Assim é impossível saber quantas MP o governo já editou. Fala-se em três mil. Mas, sem dúvida, vai de três mil para cima, o que demonstra que o Brasil está envolto em uma verdadeira desordem jurídica".

Com certeza, um dos mais recentes exemplos dessa desordem jurídica que atravança a democracia do país foi a MP que fixou o novo salário mínimo em R\$ 151,00. Para aprovar esse valor no Congresso Nacional, o Palácio do Planalto ameaçou demitir os ocupantes de cargos de confiança ligados aos parlamentares governistas que votassem contra o salário mínimo oficial. Para os aliados, foi feita a promessa de agilizar a liberação de recursos orçamentários resultantes de emendas de deputados e senadores.

Com uma prática conservadora, o governo FHC não respeita e tampouco aplica a Constituição, numa conjugação de má-fé e má vontade. Tal como fazia o regime militar, o tucanato no poder aumenta a repressão aos movimentos sociais, ressuscita velhas leis autoritárias (como a LSN - Lei de Segurança Nacional) e desqualifica tanto os partidos de oposição quanto movimentos como o MST. "É por isso que o país, de acordo com Dallari, não está vivendo sob um Estado democrático de direito, como determina a Constituição". Resumo da ópera: da colonização à fase moderna da República, passando pelo Império, as leis

nestes 500 anos de país vêm mudando de acordo com as conveniências das elites no poder. Mas, por trás dessa trajetória da história oficial, como demonstra a recente greve nacional de servidores públicos (cinco anos sem reajuste salarial), há um Brasil que pulsa ao ritmo da luta contra as injustiças sociais.



Cartaz do Diretório Nacional do PT

Resistência Indígena, Negra e Popular

econômicas, comerciais, tecnológicas e culturais promovidas por FHC emendas que quebraram os monopólios do petróleo e das telecomunicações, a que acabou com o conceito de empresa brasileira e desnacionalizou o subsolo. Exemplos ainda de emendas antipopulares são a reeleição para cargos executivos, a reforma da Previdência, a privatização de em-

butária deve sair do papel. Isso porque, apesar de todo um clima de economia reprimida, a União nunca arrecadou tanto e é por isso que centraliza tudo", denunciou Adacir Reis. O consultor da Fenae afirmou ainda que o retalhamento da Constituição decorre da concentração do poder. "As forças econômicas hegemônicas exercem um poder tão concen-

Cada vez pior

■ Aloysio Biondi

Os novos tremores sofridos pelo real são mesmo consequência da alta dos juros nos EUA e do desabamento das cotações nas Bolsas de Valores de Nova York? Pura invencionice. O Brasil está apenas assistindo ao videotape da crise de 1998, exatamente porque o filme nunca mudou, isto é, todos os problemas críticos da economia brasileira foram mantidos pela política do governo FHC/FMI/países ricos. Os indícios da nova crise surgiram muito antes dos acontecimentos nos EUA ou, mais precisamente, em princípios de abril, quando os bancos e investidores/especuladores passaram a fugir da compra de títulos do Tesouro brasileiro - a menos que eles oferecessem juros mais altos. Ao mesmo tempo em que as taxas subiam de 18,5% para mais de 21,5% dias depois, os aplicadores desviavam seu dinheiro para a compra de dólares, pressionando seus preços para cima, recriando o círculo vicioso no qual o real cai porque os investidores têm medo de que ele caia... Quais as razões desses temores? Os mesmos de 1998:

Rombo do Tesouro - A dívida interna continua a crescer como "bola de neve", por causa dos juros altos combinados com o FMI. Uma única continha aritmética é suficiente para mostrar mais uma vez que essa política é suicida: somente sobre a dívida em títulos, que chegou a R\$ 467 bilhões em março, uma taxa de juros de 20% representa R\$ 93 bilhões em um ano. De nada adianta ter um superavit de R\$ 30 bilhões nas contas do governo, às custas dos terríveis cortes na área social, congelamento do vencimento do funcionalismo etc. Persiste um

"rombo" de R\$ 62 bilhões ao ano, ou R\$ 5 bilhões ao mês. E ponto.

Falta de dólares - Para pagar parte de seus compromissos com o exterior, o Brasil precisa de saldos positivos na balança comercial, isto é, exportações superiores às importações, para haver uma "sobra" de dólares. Com a desvalorização do real em janeiro do ano passado, o governo previa aumento nas exportações (porque os produtos brasileiros ficariam mais baratos lá fora) e queda nas importações (raciocínio inverso). Isso não aconteceu, confirmando totalmente análise, desta coluna, de que a desnacionalização da economia brasileira nos últimos anos levou o Brasil para um beco sem saída. As exportações não crescem e as importações não caem porque as multinacionais dividem o mercado mundial de acordo com seus interesses, e as filiais não exportam sem sua autorização. Quanto às importações de peças, componentes e até matérias-primas por essas filiais, um estudo agora divulgado pelo próprio BNDES mostra que elas cresceram 400% em cinco anos, e não recuaram após a desvalorização. Resultado: a balança comercial tem apresentado saldos ridículos, menos de R\$ 200 milhões em março, bem longe da meta (mentirosa) de US\$ 5 bilhões prevista pelo governo e analistas chaparosa.

Empréstimos - Houve também uma queda violenta nos empréstimos dos banqueiros internacionais a empresas brasileiras, ou situadas no país, agravando a escassez de dólares. Essa tendência, repita-se, nada tem a ver com as tur-

bulências nos EUA e, na verdade, poderia ter sido antevista desde janeiro/fevereiro. Por quê? Já naquela época, até empresas como a Light, sob controle da estatal francesa EDF, estavam "preferindo" tomar empréstimos aqui dentro, fazendo lançamentos de centenas de milhões de reais em debêntures (tipo de "pagagios"). Nada de trazer dólares... E, para coroar, banqueiros e aplicadores ficaram sabendo que o governo tinha mentido mais uma vez ao anunciar, no começo do ano, que o Brasil precisaria pagar apenas US\$ 22 bilhões em prestações da dívida externa este ano, e que a cifra verdadeira, de US\$ 30 bilhões, exigia a obtenção de mais US\$ 8 bilhões no exterior.

O videotape da crise de 1999, para agravar as perspectivas do governo, está sendo acompanhado por um "efeito especial" digno de filmes de terror: o agravamento da recessão e perspectivas de "quebradeira" de empresas. A reação nas vendas do comércio não se concretizou nem em março/abril, com o dinheiro da comercialização das colheitas agrícolas, nem em maio, com o dia das Mães. Em São Paulo, o faturamento do comércio nessa data empatou com os resultados pífios, pós-crise do real, de 1999. E a inadimplência do consumidor voltou a subir 15% no mês. Mais estoques encaalhados, corte nas encomendas à indústria, demissões. As tensões sociais crescem.

Aloysio Biondi,
jornalista»

Booz Allen reprod

Na medida que avançam os estudos da consultoria Booz Allen, contratada pelo Comitê de Coordenação das Instituições Financeiras Federais (Comif) para apresentação de diagnóstico dos bancos públicos, com propostas de reestruturação, vai se cristalizando a abertura do caminho da privatização pretendida pelo governo.

O Comif tenta camuflar os resultados do trabalho da consultoria, mas já vazou para a imprensa que, entre as propostas constantes do relatório inicial, apresentado pela Booz Allen em fevereiro, estão a de que o Banco do Brasil deve se tornar mais competitivo, retirando-se das atividades de crédito rural, e a de que a Caixa "deve voltar a ser uma autarquia do governo e abandonar suas atividades de banco comercial". O argumento utilizado para a retirada da Caixa da área comercial é de que a empresa não possui "expertise necessária para competir com as demais instituições" e, além disso, "suas atividades comerciais acabam se sobrepondo às do Banco do Brasil".

Discurso A avaliação do Comitê Nacional em Defesa dos Bancos Públicos é de que a Booz Allen apenas reproduz um velho discurso do governo, o que só reforça a suspeita de que seus estudos não passam de fachada para uma "reestruturação" que deve se dar na exata medida daquilo que a equipe econômica tem em mente desde a publicação da nota técnica nº 20, em 13 de julho de 1995.

O Comitê é composto pela Confederação Nacional dos Bancários (CNB-CUT), Executiva Nacional dos Bancários, Fena e comissões dos bancários da Caixa, BB, BNB, Basa e Banespa. Para Carlos Borges, um dos coordenadores do Comitê, a sugestão da Booz Allen para que a Caixa abandone suas atividades de banco comercial carece de fundamentação técnica e, sobretudo, de compreensão sobre a complexidade e o alcance do papel social exercido pela empresa, tendo a atuação na área comercial como suporte. "A Caixa opera de forma simultânea nas áreas de fomento, prestação de serviços delegados e comercial. Ela tem expertise no fomento e consegue trabalhar

essa atividade de forma coordenada com as de banco comercial. Capta volumes expressivos de depósitos junto ao público (R\$ 61 bilhões em 1999) e direciona para o crédito", diz ele em artigo publicado na Gazeta Mercantil, em 18 de maio último. Borges

ênfata ainda que a atuação da Caixa na área comercial não prejudica sua presença na área de fomento. Ao contrário, ajuda a empresa a captar depósitos para o fomento de setores e atividades que têm dificuldade de se financiarem no mercado. "Essa função tem um grande retorno social e contribui para o desenvolvimento econômico do país. Se o grande mote do neoliberalismo de FHC é o "mercado, tudo pelo mercado", e não temos verba para a área social, ao contrário, temos redução das poucas existentes, e ainda escassez de crédito, por que tirar o instrumento (área comercial) de captação desses bancos, que pode dar retorno em forma

de benefícios à sociedade (habitação, saneamento, infraestrutura, educação, alimentação etc.)?", questiona Borges.

Audiência O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Amaury Bier, que é também presidente do Comif, esteve na Comissão de Finança e Tributação da Câmara Federal, no dia 16 de maio, para uma audiência pública solicitada pelo deputado Ricardo Berzoini (PT-SP), com o propósito de discutir o relatório da consultoria sobre os bancos federais. Bier não garantiu a preservação dos bancos públicos, especialmente no que

Booz Allen defende
propostas de
reestruturação dos
bancos públicos



Uz discurso oficial

se refere ao Banco da Amazônia (Basa) e ao Bando do Nordeste (BNB).

'As condições de desenvolvimento se modificaram, não vivemos mais o cenário anterior, composto, por exemplo, pela baixa capilaridade dos bancos privados', afirmou o secretário, deixando a entender que os bancos oficiais podem perder espaços no mercado. Questionado pelo deputado Wellington Dias (PT-PI) se a Caixa seria transformada em um "novo BNH", Amaury Bier tergiversou, em contraste com o tom enfático da resposta: "Para ficar bastante claro, sobre o BNB e Basa não disse que estas instituições serão mantidas, neces-

sariamente, como instituições federais, mas sim que serão mantidas as políticas e o papel que exercem nas respectivas regiões, assim como o Banco do Brasil e a Caixa, nacionalmente, com suas áreas comerciais". Traduzindo, a atuação da Caixa como banco comercial está realmente ameaçada.

Em relação às áreas de fomento e prestação de serviços, o discurso de Bier não deu pista sobre o que pode acontecer, mas está em curso na empresa um forte processo de terceirização, em praticamente todos os setores, incluindo atividades-meio, e também a transferência de inúmeros serviços para as lotéricas.

Requerimento Face às informações divulgadas pela imprensa, de que o Ministério da Fazenda está analisando o relatório da Booz Allen, que traz sugestões de "várias propostas de soluções" para os bancos públicos, os deputados bancários encaminharam ao ministro Pedro Malan um novo requerimento de informações. A resposta ao primeiro requerimento, dada em 24 de fevereiro, não contempla informações desse tipo. Esperava-se que Amaury Bier pudesse esclarecer o assunto na audiência pública do dia 16 de maio, mas o secretário também não foi claro quanto às tais propostas de soluções.

Seminário A Fenae, a Comissão de Executiva dos Empregados da Caixa e Confederação Nacional dos Bancários (CNB-CUT) promoveram nos dias 25 e 26 de maio, em São Paulo, um seminário sobre terceirização e reestruturação dos bancos públicos. Foram definidas estratégias e propostas de atuação a serem encampadas pelo Comitê Nacional em Defesa dos Bancos Públicos e pelas entidades associativas e sindicais em todo o país: audiências com governadores e entidades locais (já foram enviados pedidos de audiência aos governadores de SP, CE, MA, MS e AM); visitas a 200 dos principais municípios, para reuniões com prefeitos, vereadores, entidades de classe empresariais e candidatos a prefeito com chances eleitorais; encontros com líderes políticos e personalidades; criação de um conselho consultivo de acompanhamento da reestruturação dos bancos públicos, através dos partidos de oposição e pessoas de destaque na sociedade, entre outras. •



Seminário define estratégias para a reação dos bancários

Não à "flexibiliza

A gkbalização, regida pela batuta do capital especulativo, sob o manto neoliberal, apresenta efeitos danosos nas economias nacionais, sobretudo nos países da América

Latina, África e Ásia. Prevalece a força dos interesses de grupos transnacionais, em detrimento do crescimento econômico e do bem-estar social:

De um lado, as privatizações, a desregulamentação de direitos trabalhistas, a tercei-

rização de serviços e redução de postos de trabalho, com aumento da concentração da renda. A elite ganha. De outro, o desemprego, o empobrecimento, a miséria... Os trabalhadores e o povo pagam o pato.

Esta situação é abordada em entrevista a FENAE AGORA por João Vaccari Neto, presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo e vice-presidente da Central Única dos Trabalhadores. Vaccari é candidato à presidência da CUT, tem 41 anos, é funcionário do Banespa e

está na luta sindical desde o final da década de 70. Já passou por diversos cargos na diretoria do sindicato, foi vice-presidente e presidente do Dieese, secretário-geral da Confederação Nacional dos Bancários (CNB-CUT) e secretário-geral da CUT. É representante da Central no Conselho Curador do FGTS. Na última campanha salarial dos empregados da Caixa, cumpriu um papel decisivo para a retomada do diálogo com a direção da empresa e para o desfecho das negociações.

FA - A que se devem as dificuldades do movimento dos trabalhadores hoje?

Vaccari - Os trabalhadores vêm enfrentando ataques a conquistas históricas em todo o mundo. No Brasil, América Latina, África e Ásia, os governantes, de forma geral, abriram totalmente a economia, privilegiando o capital financeiro especulativo internacional e os grandes conglomerados transnacionais, em detrimento da produção industrial e agrícola local, resultando em desemprego e violentos cortes em sistemas básicos, como saúde e educação. Com o desemprego, o governo, juntamente com o setor patronal, sente-se à vontade

para estabelecer critérios para a redução de direitos, ou "flexibilização", como preferem tratar. Os sindicatos, fragilizados, sentem-se impotentes diante do quadro e procuram, quase sempre, saídas individuais para o problema. Cabe à CUT unificar essa luta, ser a porta-voz dos trabalhadores e propor alternativas conjuntas de enfrentamento.

FA - Por onde passam essas alternativas?

Vaccari - Os sindicatos e a CUT devem apresentar soluções que passem pelo crescimento do parque industrial, criação de mecanismo de proteção à produção nacional, efetivação da reforma agrária com efetivo auxílio à fixação do homem à terra e investimento em pesquisas e tecnologias, entre outras soluções, sem que seja necessário abrir mão de conquistas. Qualquer tentativa de redução de direitos deve ter sempre uma forte reação da CUT. Não é justo que os trabalhadores sejam sempre os únicos a pagar com sacrifícios.

FA - Como as organizações dos trabalhadores podem contribuir para

ção" de direitos

a construção de um projeto para o país, visando a justiça e bem-estar social?

Vaccari - O Brasil está entre as 10 maiores economias do mundo e tem uma das piores distribuições de riqueza. A elite mantém um alto padrão de vida e a maioria vive abaixo ou na linha da miséria, sem moradia, educação, saúde, excluídos da sociedade. Cabe aos trabalhadores lutar pela distribuição da riqueza, por melhores salários, por mais empregos, mais e melhores escolas públicas, mais saúde, enfim, para construir efetivamente a cidadania.

FA - O capítulo que trata dos direitos sociais na Constituição Federal já não foi apagado? Ainda é possível falar de direitos de trabalhadores?

Vaccari - Foram décadas de lutas e de pressão popular para, na Constituição de 1988, garantir direitos mínimos dos trabalhadores. Agora o governo FHC pretende de uma só penada eliminar essas conquistas. O movimento sindical deve reagir a esses ataques e esclarecer à população e aos trabalhadores o seu significado. A eliminação de direitos, de empregos, de salários, refletem diretamente em toda a sociedade e aumenta a desigualdade.

FA - Está lá no artigo 7º, parágrafo 1º, que é direito do trabalhador a "relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa".

A Caixa, por exemplo, baixou um normativo em que a dispensa de empregados pode se dar a bel-prazer dos administradores. Como você vê atitudes como essa?

Vaccari - A atual administração da CEF não está mini-

mamente preocupada se seus atos ferem algum capítulo da Constituição e procura pareceres jurídicos de toda a natureza para justificar suas arbitrariedades. O que está por trás é a política neoliberal de FHC de desmontar os bancos públicos e entregá-los aos banqueiros privados, nacionais e internacionais.

FA - A Constituição diz também que o salário mínimo deve ser nacionalmente unificado e ser capaz de atender às "necessidades básicas" do trabalhador e sua família...

Vaccari - Esse é mais um dos absurdos deste país. A Constituição diz claramente que o salário mínimo deve suprir as necessidades básicas, despesas que somadas atingem os R\$ 700,00 e o governo estipula um valor infinitamente inferior. Mesmo o salário mínimo de US\$ 100,00 estaria longe de suprir essas ne-

cessidades.

FA - Como você avalia a atuação da CUT hoje e o que representa sua candidatura a presidente da Central?

Vaccari - A CUT tem encontrado dificuldades para resistir à política de terra arrasada de FHC. É nessa conjuntura adversa que acredito que minha candidatura - que não representa apenas a candidatura dos bancários, mas a de centenas de dirigentes sindicais de diversas categorias profissionais do país - encontre respaldo. A CUT precisa de um projeto de reorganização e de revitalização, que coloque no centro de sua atuação a expansão da capacidade de mobilização, resgatando a representatividade tão duramente conquistada nas décadas de 80 e parte de 90.

CUT realiza seu 7º Congresso Nacional em agosto

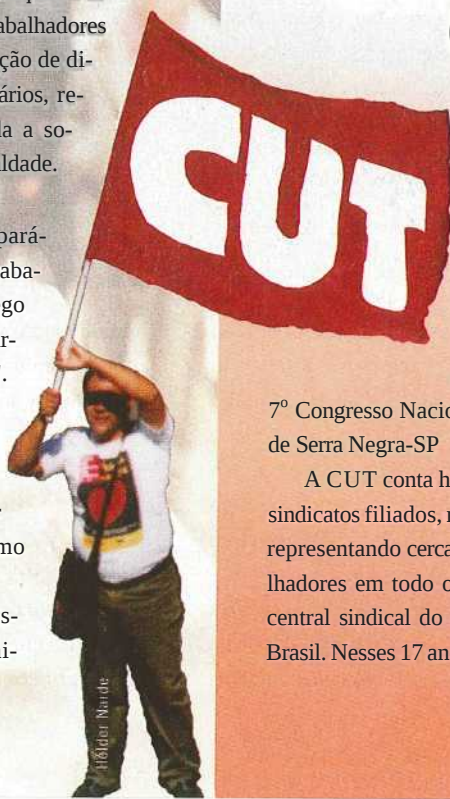
A Central Única dos Trabalhadores foi fundada em 28 de agosto de 1983. Entre os dias 15 e 19 de agosto deste ano, será realizado o seu

7º Congresso Nacional (Concut), na cidade de Serra Negra-SP

A CUT conta hoje com mais de três mil sindicatos filiados, nos meios urbano e rural, representando cerca de 21 milhões de trabalhadores em todo o país. É a quinta maior central sindical do mundo e a primeira do Brasil. Nesses 17 anos de existência, tem sido

sempre marcante a sua presença no cenário nacional, tanto na luta por melhorias salariais, garantia do emprego e condições de trabalho, como também na defesa de justiça social, da distribuição da renda e da ética na política.

A reforma agrária casada com uma política agrícola que garanta emprego e renda ao trabalhador rural, uma política econômica capaz de impulsionar o crescimento do país e combater o desemprego, o fim das privatizações e das ingerências do capital internacional estão hoje entre as principais preocupações da Central.



A habitação como prioridade nacional

Instituto Cidadania apresenta projeto para assegurar moradia digna a todos

O Instituto Cidadania, organização não-governamental idealizada por Luís Inácio Lula da Silva, decidiu intervir de forma mais efetiva no debate acerca de soluções para o problema habitacional no Brasil. Após arregimentar um amplo leque de colaboradores, entidades e instituições envolvidas com o assunto, lançou no último dia 26 de maio, em São Paulo, o Projeto Moradia, coordenado pelo próprio Lula e pelo empresário José Alberto de Camargo.

José Alberto é diretor da Companhia Brasileira de Mineração e Metalurgia (DB-MM), sediada em Araxá-MG. A empresa atua em várias áreas sociais na cidade, com destaque para o investimento em moradia para os seus trabalhadores.

O Instituto Cidadania tem como parceiros no projeto a Fundação Djalma Guimarães, a Cooperativa dos Bancários-SP e o Sindicato dos Bancários de São Paulo. Conta ainda com o apoio de universidades, da Associação Nacional de Transporte Público (ANTP), da assessoria da representação da CUT no Conselho Curador do FGTS, além da participação de vários especialistas. O jornalista Aloysio Biondi colaborou como assessor editorial.

O lançamento do Projeto Moradia deu-se durante um seminário realizado no

Crowne Plaza Hotel, com cerca de 300 convidados, e em ato solene na Universidade Presbiteriana Mackenzie. A Fenae foi representada por Carlos Borges (presidente) e Erika Kokay (diretora).

Prioridade O Projeto Moradia coloca o acesso à moradia digna como uma "prioridade nacional", por considerá-lo "condição básica de cidadania", como o são também a educação e a saúde. A apresentação do projeto faz referência ao Tratado dos Direitos Econômicos e Sociais da ONU, ratificado pelo Brasil em 1992, que afirma ser a moradia um direito humano e que, como tal, deve ser reconhecido. Lembra ainda que o direito à moradia digna foi recentemente consagrado pela Constituição Federal e que sua aplicação efetiva implica em desembolso obrigatório de recursos públicos. "O Projeto Moradia pressupõe a mobilização de toda a sociedade em torno de uma proposta cidadã, na qual o Estado tem um papel fundamental, mas não exclusivo, e a sociedade civil é determinante em sua concretização", ressalta o texto.

Por moradia digna entende-se "aquela localizada em terra urbanizada, com acesso a todos os serviços públicos essenciais

por parte da população, que deve estar inserida em programas de trabalho e renda". Os dados utilizados pelos elaboradores do projeto são de que há um déficit habitacional (quantitativo e qualitativo) de 5,5 milhões de moradias no país, das quais 3,9 milhões na zona urbana. Levando em conta o crescimento vegetativo da demanda, a necessidade de novas unidades seria de 600 mil por ano. Estima-se que 65% desse déficit concentra-se nas faixas mais pobres da população. A situação de "descaso ou abandono" dessas faixas é demonstrada com a informação de que, entre 1995 e 1999, o financiamento à habitação com recursos do FGTS alcançou R\$ 6 bilhões, sendo que apenas R\$ 700 milhões, ou pouco mais de 10% foram destinados ao Pró-Moradia, programa voltado para o financiamento a municípios, para atendimento de população de baixa renda (urbanização de favelas e áreas de risco).

O direito à moradia
foi recentemente
consagrado pela
Constituição

Recursos Entre as fontes de recursos indicadas está o FGTS, que "poderia, sozinho, fornecer mais de R\$ 4,5 bilhões por ano, somente com retorno de aplicações provenientes das operações em retorno". Mais recursos seriam destinados a partir de iniciativas estadu-

Projeto prevê fim do déficit habitacional em 15 anos

O Projeto Moradia prevê a superação do déficit habitacional em um prazo de 15 anos. Como meio de se atingir esse objetivo, propõe a criação de um sistema de articulação ministerial das políticas urbanas e habitacional, sob responsabilidade direta do presidente da República.

Esse sistema "deve reunir organismos já existentes e a serem criados, como o Ministério das Cidades, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano, a Agência Nacional de Financiamento, a Agência Nacional de Informações e Dados sobre o Desenvolvimento Urbano, além da Câmara Setorial da Construção Civil e o recém criado Fórum da Competividade, com a participação de representantes da área empresarial e sindical e demais instituições relacionadas aos objetivos de moradia digna e reconstrução das cidades".

A gestão dos recursos do FGTS e dos fundos constituídos com recursos fiscais ficaria a cargo do Ministério das Cidades e a Caixa Econômica Federal teria o papel de gestora operacional dos sistemas de financiamento.

Os programas habitacionais deverão dar prioridade às regiões, estados, municípios e bairros onde é maior o déficit habitacional, sempre proporcionalmente ao número de habitantes locais. Abandona-se, assim, o critério de capacidade de pagamento, que é substituído pelas dimensões de déficit. A progressividade do IPTU é defendida no Projeto Moradia como forma de combate à retenção ociosa de imóveis. A idéia de utilizar o IPTU como instrumento fiscal e de justiça social esbarra na falta de interesse do Congresso Nacional pelo assunto. A função social da propriedade e o IPTU progressivo aguardam regulamentação há 11 anos.



Lula no seminário de lançamento do Projeto Moradia: "a mobilização da sociedade é indispensável"

ais. "Se todos os estados destinarem o equivalente a 1% do ICMS, a arrecadação de recursos para a moradia pode crescer R\$ 1,3 bilhões, totalizando R\$ 1,9 bilhões". Cifra igual seria destinada pela União, em contrapartida à aplicação pelos estados em moradia, através do abatimento das prestações pagas pelos estados dentro dos acordos de rolagem de dívida.

O projeto propõe direcionar para os fundos nacional, estaduais e municipais, todos os recursos alocados para o Projeto Moradia, conforme prevê o projeto de lei de iniciativa popular, ainda em trami-

tação no Congresso Nacional. Com isso, seria possível "articular recursos de fontes diferentes e unificar os critérios de financiamento e concessão de subsídios". A idéia é subsidiar fortemente as populações de baixa renda, como um "ato de justiça social, uma vez que essas faixas da população têm sido as maiores vítimas de distorções que enriquecem outros segmentos, como a especulação com terrenos para edificação de imóveis e a construção de conjuntos habitacionais em condições de preço e qualidade desfavoráveis".

Sem-terra, caminhoneiros e contribuintes

■ Ricardo Berzoini

No dia 28 de abril, o Sindicato dos Bancários de São Paulo obteve decisão judicial, em pedido de liminar, determinando que o Imposto de Renda da Pessoa Física de seus associados seja calculada conforme nova tabela, corrigida pela Ufir desde janeiro de 1996. A decisão, já conquistada anteriormente também pela OAB/SP para seus advogados filiados e pela Unafisco Sindical (Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal) para seus sócios, visa reparar os prejuízos causados por uma manobra que o governo FHC pratica para aumentar a arrecadação, por sobre os ombros dos assalariados: a não-correção da tabela, por longos quatro anos e

quatro meses, obviamente aumenta a tributação, pois qualquer reajuste salarial, mesmo decorrente de reposição de perdas inflacionárias, reflete-se na ampliação da parcela tributável do salário e na mudança de alíquota. O procedimento do governo é inconstitucional, mas os parlamentares da base governista ignoram solenemente esse fato, que pretendo ver corrigido através da aprovação do projeto de lei 2541/2000 de minha autoria, que prevê a atualização da tabela em 33% (INPC acumulado, mais estimativa de inflação para 2000).

Mas, a essa altura, você deve estar se perguntando: o que tem a ver o imposto de renda com os sem-terra e os caminhoneiros?

Tudo a ver. A tabela do Imposto de Renda não se altera porque a classe média, principal prejudicada, não se mobiliza. Somos, em tese, informados e esclarecidos, muitos de nós nos julgamos politizados, mas continuamos à espera de alguém que "salve a pátria".

Na verdade, o que me leva a trazer o exemplo dos sem-terra e dos caminhoneiros é que na semana que se iniciou no Primeiro de Maio, esses dois movimentos demonstram que lutar, mais que possível, é preciso. Os caminhoneiros conquistaram alguma mudanças importantes, como o vale-pedágio (ainda que insuficiente) e demonstraram

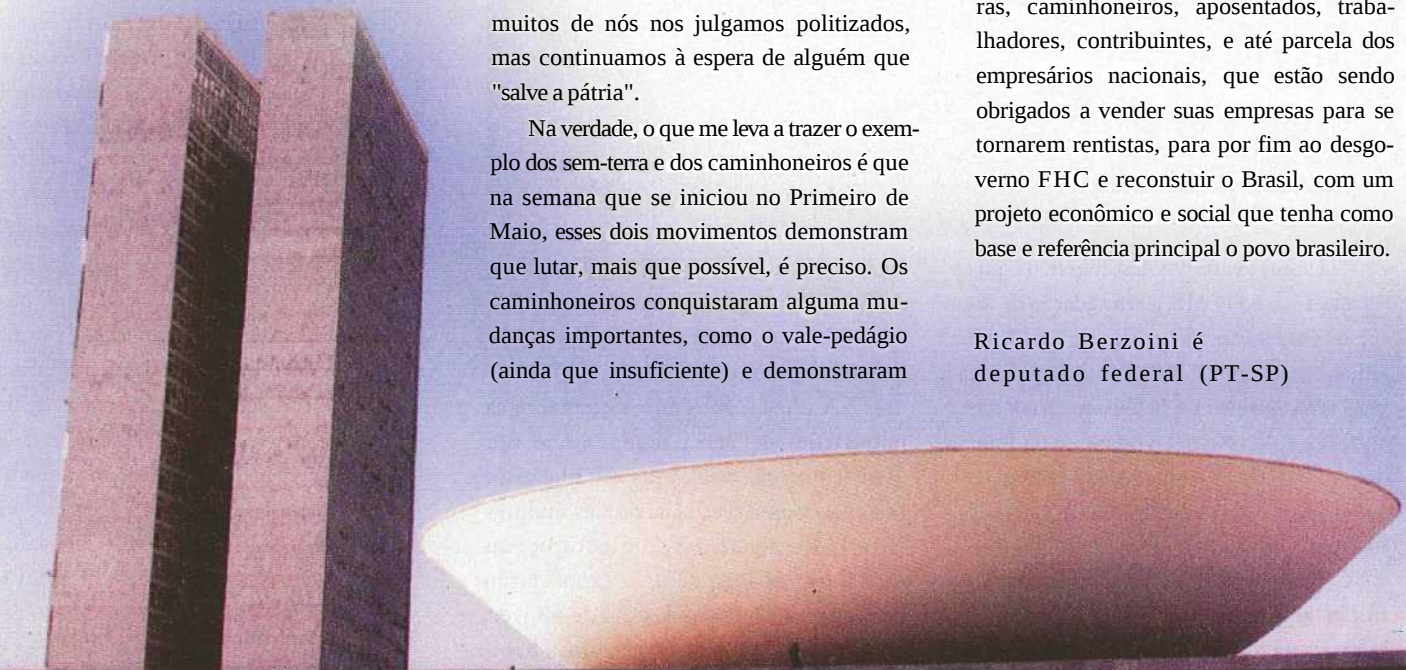
que a retórica governista de sempre ("a greve fracassou") é tão hipócrita quanto o chefe do Executivo. Os sem-terra estão acampados em vários prédios públicos, resistindo à tentativa do governo em "satanizá-los".

É exatamente a mesma arrogância que faz com que o governo tente impedir a mobilização do MST, tente desmoralizar o movimento dos caminhoneiros, e que mantém o inconstitucional congelamento da tabela do Imposto de Renda. É essa presunção que sustenta a pretensão de mutilar o artigo 7º da Constituição Federal, que garante todos os (parcos) direitos sociais dos trabalhadores brasileiros. É essa empáfia que mantém o salário mínimo brasileiro na vergonhosa condição de menor do que o do Paraguai.

Não há, com esse governo, meias medidas: a política agrária é de terra arrasada, a política social é uma fábrica de violência, as políticas públicas são abandonadas para que a educação e a saúde privadas tenham todo o apelo. Para FHC, cidadania é um bem que se compra no supermercado, apenas por aqueles que possam pagar.

A saída possível? Apenas uma, a mobilização popular, que consiga unir sem-terras, caminhoneiros, aposentados, trabalhadores, contribuintes, e até parcela dos empresários nacionais, que estão sendo obrigados a vender suas empresas para se tornarem rentistas, para por fim ao desgoverno FHC e reconstruir o Brasil, com um projeto econômico e social que tenha como base e referência principal o povo brasileiro.

Ricardo Berzoini é
deputado federal (PT-SP)

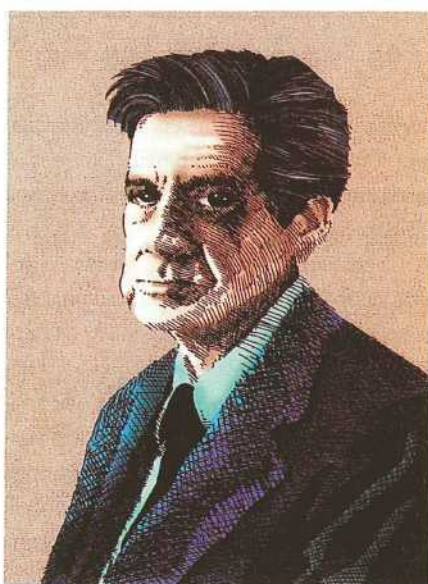


Perseu Abramo, um trabalhador da notícia

Em seis de março de 1996, o jornalismo, a educação, a sociologia, a política, a cidadania e a democracia do Brasil perderam um de seus porta-vozes mais qualificados. Perseu Abramo, nascido em São Paulo em 1929, oriundo de uma família intelectualizada e ligada à militância política, sempre soube manter vínculo permanente com o aspecto sagrado da vida, indo na contramão daqueles que a fazem pequena, mesquinha e covarde. De seus pais, Athos Abramo e Atea Tommasini Abramo, o menino Perseu herdou o sabor da luta por uma vida mais digna para todos os cidadãos do planeta.

Perseu Abramo foi, fundamentalmente, um trabalhador da notícia. Uma de suas maiores paixões, senão a principal, era a atividade jornalística. Começou a mexer com imprensa em meados de 1946 no primeiro "Jornal de São Paulo", quando por concurso interno passou a ocupar o cargo de suplente de conferente de revisor. Foi repórter do segundo "Jornal de São Paulo", de 1948 a 1950. E, nesta mesma época, trabalhou como colaborador e repórter da "Folha Socialista", publicação semanal do então Partido Socialista Brasileiro. Trabalhou em "A Hora", de 1951 a 1952.

Suas crônicas para "O Estado de São Paulo"



nos anos 60 possuíam as credenciais da escuta profunda acerca do Cotidiano da gente simples brasileira, apesar da ditadura militar que dominava o cenário político daquela época. Na "Folha de S. Paulo" atuou por toda a década de 70, sendo demitido do jornal em 1979 devido a sua firme participação na greve dos jornalistas. Ainda na área de jornalismo, com ênfase para os anos 80 e 90, Perseu Abramo disponibilizou seu talento ao nanico "Movimento" e à imprensa político-partidária, além de vários outros veículos.

Libertação

(dingente estudantil, sindical e partidário), produção intelectual e postura ética sempre rimaram com Perseu Abramo. Ele, por seus ideais, revelou uma rara sintonia e intimidade com o processo de resgate da história dos vencidos, buscando torná-la instrumento de libertação. Foi, muitas vezes, incompreendido por ter ousado tanto. Da oposição ao regime militar a dirigente de primeira hora do PT, passando por sua participação na esfera estudantil e sindical, Perseu Abramo se mostrou um ícone das lutas democráticas. No ano de 1989, durante a gestão de Luiza Erundina, ocupou o cargo de secretário de Comunicação da prefeitura de São Paulo. A luta pelo socialismo foi uma de suas marcas registradas. Independência de visão, aliás, que esteve presente na sua atuação na universidade.

Seu manancial de amor, característica que faz morada no coração de cada ser humano, foi compartilhado - de uma maneira mais serena e profunda - com a igualmente militante de esquerda Zilah Wendel, com quem esteve casado de 1952 até sua morte. Assim viveu Perseu Abramo: dividindo-se, coerentemente, em todas as direções, acertando e errando, pagando um alto preço por fazer da própria vida um exercício de liberdade e de cidadania.

Previdência Privada

Site do participante

www.vipp.com.br



Não deixe de conhecer. A partir de 15 de junho, este é o seu endereço na Internet

Lá você encontrará: ✓ Comunicação ✓ Pesquisa ✓ Oportunidades

Mistura de r estilos e sota

O choro ou chorinho ocupa o mais alto posto do olimpo cultural do Brasil, naquilo que é definido musicalmente como uma mistura de estilos e sotaques. "Está na base da música popular brasileira e retrata um perfil da alma verde-amarela", resume o jornalista Reco do Bandolim - nascido Henrique Filho, presidente do Clube do Choro de Brasília, um espaço criado em 1977, que funciona como ponto de encontro de músicos instrumentistas das mais variadas tendências, em torno da idéia da boêmia. A ordem vital do choro foi

enaltecida, alguns anos atrás, pela veia humorística do instrumentista Abel Ferreira: "Travei contato com o chorinho logo que nasci, porque a gente já nasce chorando".

O cavaquinho, o clarinete, a flauta e o violão de sete cordas são produtos de uma formação instrumental muito popular e fazem parte da grife chamada choro, que por vezes incorpora um aspecto nitidamente lúdico, valorizando a improvisação. No princípio, considerado uma adaptação da maneira européia de interpretar as polcas e os xotes, gêneros em voga no final do século passado, a forma chorosa de tocar a flauta e os acompanhamentos desenvolvidos por violões em tons mais graves imprimiram um sotaque de melancolia àquela maneira de extrair sonoridade dos instrumentos.

Daí o nome choro dado a este tipo de melodia. Foi a partir de 1920, no entanto, que o chorinho ganhou o status de gênero musical autônomo.

No livro "Choro - do quintal ao Municipal", o pesquisador Henrique Cazes explica que o choro como gênero tem normalmente três partes (traço musical com começo, meio e fim intercalados dentro de um mesmo choro) e se caracteriza por ser necessariamente modulante (vários tons). Mais recentemente, de acordo com Cazes, o chorinho voltou a significar uma maneira de frasear, aplicável a vários tipos de música brasileira. Ele acrescenta: "A obediência à forma rondo, em que sempre se retorna à primeira parte, aos poucos tem sido flexibilizada". Outros especialistas encaram o choro como uma modalidade de arte popular muito peculiar ao Brasil.

Entre seus principais representantes estão Anacleto de Medeiros, Chiquinha Gonzaga, Ernesto Nazareth, Joaquim Antônio da Silva Calado, Jacob do Bandolim, Luperce Miranda, Pixinguinha e Waldir Azevedo. Como uma crônica do Cotidiano verde-amarelo, o choro está para a música brasileira como Pelé para o futebol. Forneceu à MPB alguns de seus hinos mais regrados em todos os tempos, como 'Ameno resedá' (Ernesto Nazareth), "Gaúcho, só no choro" (Chiquinha Gonzaga), "Tico tico no fubá" (Zequinha de Abreu), "Carinhoso" (Pixinguinha), "Brasileirinho" (Waldir Azevedo), "Treme-treme" e "Flamengo" (Jacob do Bandolim).

Momento

A arte de produzir chorinho com boa qualidade deixou, já há algum tempo, de ser ex-

ítmos, ques

clusividade dos cariocas. O atual momento do choro no Brasil é visto, por Reco do Bandolim, como muito bom. Ele observa: "O berço do choro está no Rio de Janeiro, mas hoje Brasília é considerada a capital brasileira do chorinho. Uma das razões para isso é que os músicos do

Distrito Federal não têm medo de experimentar e não alimentam qualquer preconceito, buscando assim romper com a estrutura tradicional do carioca em lidar com o ritmo".

Nas últimas décadas, apesar do esnobismo dos melhores palcos e da ostensiva indiferença dos meios de comunicação, o choro passou a despertar interesse cada vez maior. Talento e ousadia, aliás, são duas das principais marcas do novo sotaque de fazer choro que se espalha país afora. Ênfase para Brasília, segundo Reco do Bandolim, que abriga tanto o Clube do Choro quanto a Escola Brasileira de Choro Raphael Rabelo (a única do gênero no Brasil), fundada no ano passado. Tendo como referência os monstros sagrados do ritmo, a exemplo de Pixinguinha e Chiquinha Gonzaga, músicos como Armandinho Macedo, Hamilton de Holanda

e Jorge Cardoso fazem parte da receita de Brasília para renascer a tradicional roda de chorinho. Não muito diferentemente da anterior, a proposta dessa nova geração é observar o Brasil e o mundo com um olhar crítico, leve, abrangente e intimista.

O presidente do Clube do Choro de Brasília fala do projeto de em breve criar um selo para lançamento de discos, gravados ao vivo no próprio clube, como forma de injetar overdose de brasilidade no mercado fonográfico. Conforme Reco do Bandolim, a proposta da Escola Brasileira de Choro Raphael Rabelo é ensinar a uma nova geração de eventuais

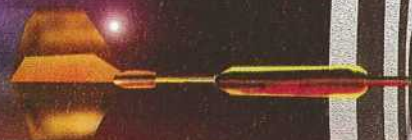
instrumentistas o gosto pela arte do choro. Esta, inclusive, parece ser a senha para projetar instantaneamente novos talentos no cenário nacional, fazendo com que o choro retome seu lugar nos ouvidos de todos os brasileiros. •

O chorinho ocupa
o mais alto posto
do olimpo cultural
do Brasil

FENAE AGORA é lida por 75 mil empregados da Caixa Econômica Federal e distribuída para:

- 3.500 entidades sindicais e associativas
- 3.404 bibliotecas
- 1.500 órgãos de comunicação
- 236 organizações não-governamentais
- 120 universidades
- deputados federais, senadores, governadores, Assembléias Legislativas e partidos políticos

Anuncie aqui e atinja esse mercado



(61) 323-7516 - imprensa1@fenae.org.br

Zés de um outro Brasil

■ Tárík de Souza

Virge como tem Zé/ Zé de baixo, Zé de riba/desconjuo com tanto Zé/ como tem Zé lá na Paraíba". A ironia destilada pelo coco composto por Manezinho Araújo e Catulo de Paula, sucesso dos anos 60 na voz de jackson do Pandeiro, já não estigmatiza Josés - nem mesmo os da MPB. Tanto que um deles, o carioca Zé Renato regravou a música em seu novo disco, "Cabo" (Indie) repleto de inéditas, clássicos e parcerias de qualidade. Outro Zé assumido, o Ramalho - e da Paraíba, como no coco - projeta ainda mais seu nome numa produção luxuosa e ao mesmo tempo valente. Encapado por uma reedição fotográfica da célebre apresentação do disco "Sgt. Pepper's" dos Beatles, só que com personalidades da região, o CD duplo "Nação nordestina" (BMG) funciona ao mesmo tempo como manifesto geopolítico e musical. Zé Ramalho seleciona alguns clássicos contundentes e forma associações novas de fôlego, como a instrumental "Violando com Hermeto" (incluindo o genial multinstrumentista alagoano) ou "Garrote ferido" ao lado de Fagner. Nas recriações não faltam recuperações como a do contrarrâneo Geraldo Vandré de "Caminhando" (ou "Pra não dizer que não falei deflores", ou ainda "Sexta coluna", subtítulo que o autor abandonou), o Luiz Gonzaga (com o maestro Guio de Moraes) do emblemático "Pau de arara" ou o Dominginhos com Gilberto Gil de "Lamento sertanejo", levados na moldura de grandiloquência vocal (e também orquestral, em várias faixas) desse cantador urbano. Reaparecem ainda a evocação da carta-testamento do presidente

Getúlio Vargas (incluindo um trecho de discurso do político no dia do trabalho, em 1951) em "Ele disse", rojão de Edgar Ferreira, outro sucesso de jackson do Pandeiro: "Ele disse muito bem/ o povo de que fui escravo/não será mais escravo de ninguém/para todo operário do Brasil/ ele disse uma frase que conforta/ quando a fome bater em vossa porta/ o meu nome/ é capaz de vos unir".

Descendente tanto da cantoria nordestina quanto influenciado pelos bardos internacionais como Bob Dylan, Zé Ramalho segue a métrica em "Mourão voltado em questões" ("para que serve o juiz/para fazer justiça/para que serve a cobiça/para viver infeliz") e reproduz a liberdade temática dos repentistas como Oliveira de Panelas em "Esses discos voadores me preocupam demais" ("Essa gente pequenina/ de viagem intergaláctica/vem saber nossa gramática/ou mudar nossa doutrina"). Embora também utilizando a via do lirismo (belíssima a declaração de amor do compositor Vital Farias para Elba Ramalho em "Bandeira desfraldada"), a tônica de "Nação nordestina" é a crítica direta contra a injustiça social, explícita em faixas como "Meninos do sertão" ("Cola, Carandirú, Candelária/ quando isso vai passar?"), "Seres alados" ("poder é saber da criança/ da saúde do velho/ das mulheres famintas/ com tantos pra criar") e principalmente no tema editorial que motivou o disco, na faixa "O meu país". Bombardeia a letra: "Um país que crianças elimina/que não ouve o clamor dos esquecidos/onde nunca os humildes são ouvidos/ e uma elite sem Deus é quem

domina/ que permite um estupro em cada esquina (...) pode ser o país de quem quiser/ mas não é, com certeza, o meu país".

O ex-Boca Livre Renato é outro Zé que defende as cores de um outro país - diferente do circo de horrores em que se transformou a Corte de Fernando II (volume 2). Em "Cabo", Zé canta a nação amena dos sambas batidos na mão que reverenciam os criadores ancestrais ("Cândidas Neves", parceria com Nei Lopes) rebobinam a baixaria das sete cordas plangentes ("Cama da ilusão", com Paulinho Moska e "Tarde demais", com Abel Silva), da cuíca roncando machucada ("Na São Sebastião", com Lenine) e até do sincopado esperto que seduz no ritmo picado ("Recente viuvez", com Sérgio Fonseca). Uma bossa preludida por seresta de letra dolorida, parceria inesperada com o ex-Titã Arnaldo Antunes ("Porque eu estou aqui"), contrasta com o didatismo aliciante de "Pandeiro" (outra com o genial Nei Lopes) além da repescagem de um Geraldo Pereira pouco conhecido ("Até hoje não voltou", com J. Portela). Depois de reciclar as obras de Silvio Caldas ("Arranha-céu, Silvio Caldas 90 anos") e outro Zé, o Zé Ketí ("Natural do Rio de Janeiro"), Zé Renato mostra que pode seguir com seus próprios passos a trilha aberta pelos mestres. Se a tradição não se renova o país perde a identidade. E vira Zé Ninguém entre as nações.

└ Tárík de Souza,
jornalista»

Emoções radicais

O skate atrai cada vez mais adeptos no Brasil

“S kate, comida, skate, balada (música), skate, mulher, skate, viagem”. Esta é em geral, conforme o skatista Alexandre Tizil, de Curitiba (PR), a rotina daqueles que praticam skate como esporte. Velocidade, rebeldia, manobras radicais, perigo e muita ousadia marcam o skate: uma modalidade esportiva que atrai cada vez mais adeptos no Brasil, depois de ter conquistado as ruas, avenidas, parques e pistas de várias cidades do mundo.

Como prática desportiva, o skate é bastante difundido na Europa e nos Estados Unidos. Seu berço está na Califórnia (EUA) dos anos 60, tendo como seus criadores os surfistas do sudeste do litoral californiano. Os primeiros skates fabricados industrialmente datam de 1965, ano das primeiras competições. Um dos campeonatos mais tradicionais do mundo é o Munster Monster Mastership, que acontece anualmente na Alemanha. Mas o skate também é uma das principais atrações do X-Games, uma espécie de olimpíadas dos esportes radicais, a ocorrer este ano na Califórnia no final de junho.

A difusão do skate no Brasil coincide com o início da década de 70. Esse esporte no território brasileiro é hegemonizado por São Paulo. Mas um dos bambas é o skatista paranaense Rodil “Ferrugem” Araújo, pentacampeão nacional e bicampeão do X-Games. Manobras radicais é com ele mesmo. Seu

recorde foi durante o circuito brasileiro da Copa Mundial de Skate Profissional, ocorrido recentemente em Salvador, quando realizou 15 manobras em um minuto.

Categorias Esse esporte é executado sobre uma larga tábua apelidada de shape, feita de plástico, metal ou madeira. Os shapes medem em média 76 centímetros, complementados por quatro rodinhas que ficam juntas ao truck (local do amortecedor). O skate pode ser praticado em ruas ou pistas com curvas, rampas ou half-pipe, onde são realizadas as acrobacias arriscadas. Uma das maiores conquistas do skate, desde sua origem, foi a de quebrar as barreiras da lei da gravidade e adquirir habilidade de andar pelas paredes. Oficialmente, há duas categorias: street (ultrapassa obstáculos provenientes das ruas, como corrimão) e vertical (rampas em formatos de “U”).

Iniciante, amador e profissional são as três fases percorridas por um skatista. Nos últimos anos, a participação feminina tem crescido em competições oficiais. Em várias partes do mundo, de uma maneira lúdica, a garotada também se esforça para mostrar suas garras. Utiliza para isso a ferramenta do skate de dedo, numa brincadeira cuja principal finalidade é imitar as manobras radicais das categorias street e vertical. Criatividade essa que leva o skate, cada vez mais, a tornar-se um esporte identificado com os adolescentes. •



Augusto Regis

Estrada Real, dose

É tempo de botar o pé na estrada e esquecer todo o resto. Tempo de sair da rotina e experimentar uma dose maior de liberdade. Pendure sua roupa social por alguns dias, coloque o tênis, a mochila nas costas e aproveite o que a vida tem de melhor. A velha Estrada Real, antiga rota que no século passado ligava o porto no Rio de Janeiro a Diamantina, cortando boa parte da região mineradora de Minas Gerais, abre suas portas para quem deseja mergulhar naquilo que o Brasil tem de mais cronológico e cultural: antigas fazendas, paisagens bucólicas e 900 quilômetros cheios de referências históricas de viajantes que percorreram o país entre os séculos XVIII e XIX.

O trekking (caminhada), o mais saudável de todos os exercícios físicos, é a principal atração da

Estrada Real. Daí ser inevitável a comparação com o Caminho de Santiago de Compostela, na Espanha, com seus castelos medievais e clima místico. As semelhanças entre o trajeto espanhol e a Estrada Real se resumem, no entanto, a um único aspecto: as rotas devem ser percorridas, necessariamente, a pé.

Na Estrada Real, o maior desafio é vencer os próprios limites. A trilha exige bastante do viajante aventureiro, mas a recompensa está no prazer de observar a natureza em todo o seu esplendor. Para quem curte caminhadas de longo percurso, o passeio permite que o visitante se sinta parte do ambiente. Quem já fez a viagem garante: é uma ex-

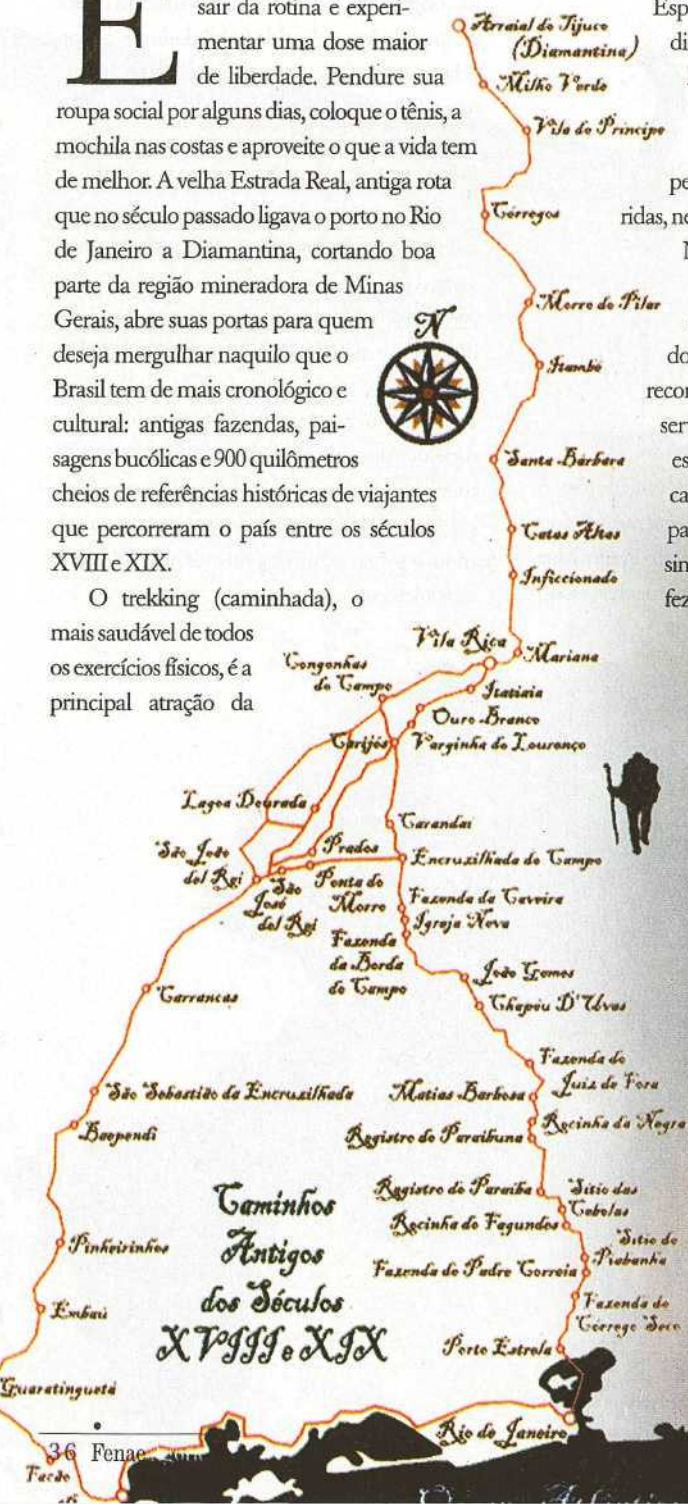
períencia que possibilita ao turista voltar para os centros urbanos mais crítico, prestando atenção nas árvores que existem nas ruas de sua cidade e em tantas outras coisas nunca antes notadas.

Veterano em longos percursos a pé, o consultor de turismo Raphael Olivé aponta o caminho das pedras: 'Além de atrativa, com suas igrejas do século XVIII e ruínas do Porto Estrela na baía da Guanabara, a Estrada Real conjuga história, esporte, natureza e cultura com pura adrenalina. No trajeto o viajante encontra o povo brasileiro de verdade e depara-se com cachorro, poeira, chuva e calor". Segundo ele, essa aventura a pé pode ser feita no período de aproximadamente oito dias e a um custo de R\$ 200,00 por pessoa.

História

Foi concluída em 1707 por iniciativa de Garcia Rodrigues Paes, filho do temível bandeirante Fernão Dias Paes. Impulsionada economicamente pelo ciclo do ouro no século passado,

Olivé acredita que o caminho hoje tende a se



maior de liberdade

transformar em pólo turístico. De certa forma, de acordo com ele, andar a pé pela Estrada Real é assumir o compromisso de defender a natureza e de proteger o meio ambiente. Além, é claro, de ser uma oportunidade de viajar e de desfrutar a beleza da vida.

A capacidade turístico-ecológica da Estrada Real parece não ter fim. A região passou a ser o novo eldorado do turismo andarilho a partir do momento em que, recentemente, a Editora Estrada Real lançou o "Guia Estrada Real" com o objetivo de dotar os adeptos de longas caminhadas de um instrumento de orientação sobre a região (ver box desta matéria), liberando assim uma vocação reprimida por quase dois séculos.

Para orientar o cidadão em suas incursões por ambientes naturais e histórico-culturais como a Estrada Real, Raphael Olivé dá a dica para um comportamento ecologicamente correto: "não tire além de fotografias, não deixe nada além de lembranças e pegadas e não mate nada além do tempo. Em troca, a Estrada Real oferece ao visitante um banho de história, um banho de cultura e um banho de autoconhecimento!".

Turismo andarilho se espalha pelo Brasil

A tradição de viajar a pé, como um peregrino moderno, por caminhos antigos dos séculos XVIII e XIX. É isso e muito mais o que o "Guia Estrada Real para Caminhantes" oferece a quem queira percorrer um longo trecho entre o Rio de Janeiro e Juiz de Fora, em Minas Gerais. Concebido pelo consultor de turismo Raphael Olivé, com larga experiência em longas caminhadas a pé - no Brasil e no exterior, esse guia possui 120 páginas com mapas de orientação geral. Nele podem ser encontradas dicas sobre o roteiro quilômetro a quilômetro, com referências a lugares e notas históricas e culturais.

No quesito conselhos aos viajantes, há orientações acerca do que levar (chapéu e cajado, por exemplo), onde dormir e como agir no caso de se deparar com cachorros arredios. A infra-estrutura de alguns trechos ainda é precária para o alojamento dos peregrinos. Mas os governos do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, no entanto, estudam a possibilidade de capacitar famílias locais para a hospedagem dos viajantes.

No que se refere à Estrada Real, o guia idealizado por Raphael Olivé é a companhia ideal para os que gostam de pôr o pé na estrada. Literalmente. De acordo com Olivé, seu livro busca resgatar a cultura e a



história do Brasil, "numa velocidade do caminhante". Ele acha que essa, definitivamente, não é uma obra para ficar na estante. Para que esse trabalho se tornasse realidade, a colaboração da Editora Estrada Real, sediada em Belo Horizonte, foi fundamental.

Interessados em obter o guia, com edição limitada, devem manter contato com a editora responsável por sua publicação no seguinte e-mail: editreal@gold.com.br.



Só a Sasse Caixa Seguros dá o valor que seu patrimônio merece.

A Sasse Caixa Seguros garante a proteção que você merece. Seguro residencial, de automóvel, de acidentes pessoais, de vida, de saúde, de empresas, de término de obras, de habitação e previdência privada. Tudo com a exclusiva garantia dos 130 anos da Caixa. Não tem segredo. Seguro é com a Sasse Caixa.

SASSE CAIXA
SEGUROS

Central Sasse Caixa de Atendimento: 0800-16-6383
www.sassecaixa.com.br

GRANDES PARCEIROS
SEMPRE TÊM UMA MARCA EM COMUM.

CAIXA

SASSE CAIXA

SEGUROS

FENAE

SEGUROS

A FENAE Seguros tinha que mudar sua marca. Não dá para falar da FENAE sem falar da SASSE. Como não dá para falar da SASSE sem falar na CAIXA. Pensar nessas três instituições sem lembrar de parceria, modernidade e evolução, é impossível. Há 26 anos a FENAE vende seguros, a CAIXA abre seus balcões para comercializá-los e a SASSE cuida da proteção e da garantia. Sempre oferecendo produtos novos, ágeis e competitivos. E cada vez mais fortalecendo essa união. Se já dava para perceber a identidade dessa aliança, agora ficou mais fácil com a nova marca da FENAE.